



Monitoramento dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento



Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais - SRI
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES

Monitoramento dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento

Brasília, março de 2011

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

Secretária

Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretoria de Gestão

Diretor

Ronaldo Küfner

Gerente de Projeto

Raquel de Albuquerque Ramos

Gerente de Projeto

Daniele Cristina de Souza

Gerente de Projeto

Eduardo de Almeida

Gerente de Projeto

Hilta Figueiredo de Moraes

Assessor Técnico

Luiz Carlos Emanuely Osório

Assessora Técnica

Valéria Amorim Barcelos

Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

Diretor

Adroaldo Quintela Santos

Assessora Técnica

Patrícia da Silva Pego

Consultor

José Ângelo Costa do Amor Divino

Secretária Adjunta

Ângela Cotta Ferreira Gomes

Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

Diretora

Ana Lúcia de Lima Starling

Gerente de Projeto

Maria França e Leite Velloso

Gerente de Projeto

Rosa Maria Nader

Diretoria Internacional

Diretora

Maria Luiza Falcão Silva

Especialista

Cristina Ribeiro Fernandes Quadra

Especialista em Políticas Públicas

Larissa Carolina Loureiro Villarroel

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393

Brasília – DF – CEP: 70.150-900

cdes@planalto.gov.br – www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 1000 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo feita pela Biblioteca da Presidência da República

D614

Monitoramento dos enunciados estratégicos para o desenvolvimento. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2011.

88 P.

1. Monitoramento. CDES 2. Estratégia de desenvolvimento. 3. Desenvolvimento. I. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CDD - 338.9819

Índice

Prefácio	7
Composição do CDES (2009/2011)	9
Introdução	13
Reformas Estruturais	15
Reforma Política	15
Reforma Tributária	15
Variáveis Macroeconômicas	17
Política Tributária	23
Sistema Financeiro Nacional	25
Comércio Exterior	29
Infraestrutura Econômica	33
Pequenas e Médias Empresas	35
Desenvolvimento Regional	37
Reforma Agrária	39
Desigualdade Social	41
Educação	43
Saúde	45
Salário Mínimo	47
Ciência, Tecnologia e Inovação	49
Infraestrutura Urbana e Social	51
Segurança Pública e Sistema Judiciário	53
Governança Estratégica	55
Observações Finais	57
Referências Bibliográficas	59
Anexo	61
Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento	61



Prefácio

Em agosto de 2006 o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social concluiu a elaboração dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento - EED como uma oferta para o Estado e a sociedade civil, contendo diretrizes estratégicas e metas quantitativas e qualitativas para o desenvolvimento sustentável do Brasil, tendo como horizonte temporal o ano de 2022. Também, continha metas de médio prazo, especialmente no que diz respeito à política macroeconômica e políticas públicas setoriais.

O trabalho foi fruto de um ciclo de cinco reuniões regionais e duas plenárias no período de abril a agosto de 2006. Expressa o consenso dos mais variados setores da sociedade civil organizada sobre os caminhos e perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Os EED denotam a inequívoca capacidade de diálogo social alcançado na sociedade brasileira, como uma demonstração do amadurecimento e fortalecimento da democracia.

A partir de 2008 o mundo vivenciou a maior crise econômica desde 1929. Essa crise, gerada nos Estados Unidos, atingiu em cheio o coração das economias mais desenvolvidas e espalhou seus efeitos perversos pela maioria dos países. Os impactos da crise alcançaram o Brasil em setembro de 2008, principalmente do lado da corrente de comércio internacional e pela escassez de crédito interno e externo.

Para enfrentar a crise o País usou a singular capacidade dos brasileiros de jogarem juntos em torno de objetivos comuns. O diálogo entre o governo e a sociedade permitiu a construção de saídas ágeis, eficazes e socialmente justas. Uma das principais arenas onde foi realizado esse jogo de soma positiva foi o CDES. Na Moção ao Presidente Lula, de 14/10/2008, o CDES defendia *“que o momento é de entendimento nacional entre governos, parlamento, empresários, trabalhadores e organizações sociais para proteger nosso desenvolvimento com equidade, geração de emprego e distribuição de renda, baseado nas atividades produtivas, no trabalho e na solidariedade”*.

Praticando o jogo solidário, governo e sociedade brasileira responderam rapidamente aos impactos da crise financeira internacional. Foram capazes de dar legitimidade e sustentação social a políticas anticíclicas que atenuaram os efeitos da crise e geraram condições para retomada do crescimento a partir do último trimestre de 2009. Ademais, o PIB de 2010 será superior a 7%. Nossos conselheiros estão convencidos de que – após vencer a crise - o Brasil alcançou um patamar superior de crescimento indicando que estamos trilhando a estrada do novo ciclo de desenvolvimento.

Com o objetivo de seguir contribuindo com o desenvolvimento do Brasil, os Conselheiros e Conselheiras apresentam nesta publicação o monitoramento das metas propostas pelo CDES nos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Pode-se constatar que houve muitos avanços, principalmente no que diz respeito à economia e à redução da pobreza. Mas, também, permanecem desafios, muitos deles já incorporados na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento entregue pelos conselheiros ao Presidente Lula, em 17 de junho de 2010.

Convido a todos para uma leitura e reflexão crítica dos resultados apontados neste documento. Espero que compartilhem comigo da expectativa e forte esperança de que o Brasil continuará crescendo com sustentabilidade econômica, social e ambiental na próxima década, ancorado numa democracia cada vez mais forte e com respeitável inserção soberana internacional.

Ministro Alexandre Padilha

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



Composição do CDES (2009/2011)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar
Adilson Primo - Presidente da Siemens do Brasil e 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABIDIB)
Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Amarílio Macêdo - Presidente das Empresas J. Macêdo
Antoninho Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan
Antonio Carlos Valente - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil
Antonio Fernandes dos Santos Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
Antonio Gil - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)
Arildo Mota Lopes - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)
Artur Henrique da Silva Santos - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Augusto Chagas - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)
Bruno Ribeiro de Paiva - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Câmara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes
Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool da Bahia
Carmen Helena Ferreira Foro - Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Cezar Britto - Advogado, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Cláudio Conz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)
Cledorvino Belini - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Clélio Campolina Diniz - Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.
Danilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo
Dom Luiz Demétrio - Presidente da Cáritas Brasileira
Enilson Simões de Moura (Alemão) - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Fabio Colletti Barbosa - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Grupo Santander Brasil
Fernando Dantas Alves Filho - Sócio-Presidente da Price Waterhouse Coopers
Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América
Ivo Rosset - Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda.
Jackson Schneider - Vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Jacy Afonso de Melo - Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil
João Bosco Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)
João Elisio Ferraz de Campos - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)



João Paulo dos Reis Velloso - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)
Jorge Gerdau - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau
Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
José Antônio Moroni - Membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integrante da plataforma de movimentos sociais pela reforma do sistema político
José Carlos Bumlai - Pecuarista e Produtor Rural
José Carlos Cosenzo - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
José Conrado Azevedo Santos - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA
José Lopez Feijóo - Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)
José Zunga - Presidente do Instituto Observatório Social de Telecomunicações (IOST)
Joseph Couri - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)
Laerte Teixeira da Costa - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Lincoln Fernandes - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
Lúcia Stumpf - Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM), representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)
Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)
Luiz Eduardo Abreu - Diretor Presidente das Empresas do Grupo NSG
Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da Rede Magazine Luiza
Manoel Silva da Cunha - Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV)
Marcelo Odebrecht - Diretor Presidente da Odebrecht S.A.
Marcelo Giufrida - Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)
Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Marcos Jank - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)
Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais
Maurício Botelho - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)
Maurílio Biagi Filho - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema
Moacyr Auersvald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas
Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia
Naomar Monteiro de Almeida Filho - Médico, Professor Titular e ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Nelson Côrtes da Silveira - Controlador e administrador da empresa DF Vasconcelos Ltda, especializada em ótica e mecânica de precisão.
Oded Grajew - Conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Coordenador do Movimento Nossa São Paulo
Olavo Machado Júnior - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIIB)
Paulo Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
Paulo Speller - Reitor da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)
Paulo Tigre - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)
Paulo Vellinho - Representante da Empresa Granóleo S.A. – Óleos Vegetais
Renato Conill - Presidente do Grupo Süd Metal
Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Roberto Franklin de Leão - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Robson Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI
Rodrigo Loures - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)
Rogelio Golfarb - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford
Rozani Holler - Cooperativista da Cooperativa de Agentes Ambientais (COOPERAGIR)
Sérgio Haddad - Coordenador Geral da Ação Educativa



Sergio Reze - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)

Sérgio Rosa - Presidente da Companhia de Previdência Aberta BrasilPrev

Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife

Sônia Hess de Souza - Presidente da Dudalina S.A.

Tania Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Vicente Mattos - Diretor de Relações Institucionais do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia (SINDUSCON-BA)

Viviane Senna - Presidente do Instituto Ayrton Senna

Walter Torre Júnior - Presidente da WTORRE S.A.

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Ministro de Estado da Fazenda

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



Introdução

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) produziu em 2006 um conjunto de enunciados para o desenvolvimento econômico e social brasileiro no curto e longo prazos. Elencou diversas metas físicas e financeiras que pudessem direcionar o desenvolvimento sustentável do País entre 2006 e 2022.

Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED) foram elaborados a partir dos objetivos e diretrizes estratégicas da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), concebida pelo CDES no período de 2004-2005. Representam um avanço no processo de diálogo e construção coletiva, no sentido de traduzir em metas quantitativas e qualitativas as principais prioridades estabelecidas pela AND visando ao desenvolvimento brasileiro no horizonte de médio e longo prazos.

O documento, que está em anexo a este relatório, possui enunciados consensuais para o desenvolvimento brasileiro. Os grandes temas abordados são reformas política e tributária; variáveis macroeconômicas; política tributária; sistema financeiro nacional; comércio exterior; infraestrutura econômica; pequenas e médias empresas; desenvolvimento regional; reforma agrária; desigualdade social; educação; saúde; salário mínimo; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura urbana e social; segurança pública e sistema judiciário; e governança estratégica.

Em 2010, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social decidiu elaborar relatório de monitoramento das políticas públicas, analisar o desempenho da economia brasileira entre 2006 e 2010, e verificar o grau de incidência das respectivas recomendações. As previsões feitas pelos Enunciados Estratégicos foram analisadas em relação à evolução observada das respectivas variáveis econômicas e sociais coletadas e divulgadas por órgãos oficiais.



Reformas Estruturais

Reforma Política

Na visão dos conselheiros do CDES a Reforma Política é a mais importante e urgente para o País como um caminho para o aperfeiçoamento das relações entre Estado e sociedade, e possível solução para os graves problemas enfrentados pelos poderes constituídos, e como base de sustentação institucional do processo de desenvolvimento do Brasil. Ainda no período de elaboração dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, o Conselho instituiu um Grupo Temático sobre a Reforma Política com o objetivo de promover um diálogo sobre este tema, envolvendo a rede de instituições dos conselheiros, bem como a análise crítica das propostas de diferentes setores da sociedade brasileira.

Em novembro de 2006, o GT produziu um relatório preliminar sobre a Reforma Política que foi apreciado na 20ª Reunião Plenária do CDES. O relatório focou em três eixos centrais: aperfeiçoamento do sistema de democracia representativa; fortalecimento da democracia direta e participativa; e fortalecimento das relações entre o Executivo e o Legislativo no processo orçamentário.

Refletindo o amadurecimento dos debates e reflexões dos conselheiros, o CDES apresentou ao Presidente da República, em 17 de julho de 2007, um parecer sobre o tema no qual reafirma os três eixos e aponta sete recomendações básicas sobre o conteúdo da reforma. No documento, o CDES assumiu o compromisso de acompanhar o processo de Reforma Política, que se constituiu em tema a ser debatido por toda a sociedade, e deve ser definido em função dos anseios de aperfeiçoamento e consolidação da democracia visando favorecer o desenvolvimento equitativo com benefícios para toda a população.

Apesar da tramitação do projeto de Reforma Política não ter evoluído da forma desejada pelos conselheiros, existe o consenso de que o CDES deve manter o tema em sua pauta estimulando o debate público em todos os setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Reforma Política foi priorizada na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, lançada em junho de 2010.

Reforma Tributária

Desde os primeiros momentos de existência do CDES o tema da Reforma Tributária fez parte do centro da agenda de debates e propostas. No primeiro semestre de 2005 os conselheiros e conselheiras elaboraram sugestões e recomendações para a proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária e aperfeiçoamento da legislação infraconstitucional. Mais tarde, nos idos de 2005 e 2006 o tema foi aprofundado e integrou as diretrizes estratégicas da Agenda Nacional do Desenvolvimento, sendo associado às metas dos Enunciados Estratégicos do Desenvolvimento como diretriz central para a redução da carga tributária, desoneração de investimentos e da cesta básica.

Em consonância com os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, o CDES constituiu um novo Grupo Temático para tratar da Reforma Tributária, em junho de 2006. O GT realizou oito reuniões, um colóquio e um seminário para debater o tema com o Ministro e Secretários do Ministério da Fazenda, pesquisadores nacionais e internacionais e representantes de entidades sindicais e empresarias para aprofundar a compreensão sobre o tema e elaborar propostas.

Como resultado desse esforço de diálogo social e construção de consensos coletivos a partir de visões e interesses econômicos e sociais distintos, o CDES manifestou apoio às linhas gerais da proposta de Reforma Tributária apresentada pelo Ministério da Fazenda cujos efeitos financeiros e normativos ocorreriam numa perspectiva de médio prazo, como uma estratégia para favorecer a apreciação da matéria no Congresso Nacional e assegurar consensos entre os entes federativos.

Imediatamente após o envio do Projeto de Reforma Tributária ao Congresso Nacional, o CDES apresentou uma Moção, no dia 28 de agosto de 2008, fazendo “veemente apelo a que seja prioridade à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional ainda no ano de 2008, de maneira que o País não perca o momento oportuno”. Por razões de ordem diversas, a tramitação da Reforma Tributária foi paralisada. Contudo, este tema continua com forte centralidade nos debates do CDES.

O Observatório da Equidade realiza desde 2009 o monitoramento anual dos *Indicadores de Equidade do Sistema Tributário* Nacional e apresenta os problemas que revelam a injustiça tributária na aplicação desta política. Na



Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, documento do CDES apresentado ao Presidente em 17 de junho de 2010, os conselheiros reafirmam a prioridade da Reforma Tributária para dar sustentação ao novo ciclo de desenvolvimento brasileiro.



Variáveis Macroeconômicas

Um dos objetivos estabelecidos pela Agenda Nacional de Desenvolvimento foi “*tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados*”. A idéia é sintonizar elementos das políticas monetária, fiscal e cambial de modo a promover o ingresso do País em um círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável, envolvendo crescimento econômico, estabilidade de preços e expansão do mercado interno com vistas à redução de desigualdades regionais. Para monitorar o atendimento dessa meta, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento traçaram trajetórias ótimas para algumas variáveis macroeconômicas, notadamente crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real e PIB *per capita*, geração de empregos, taxa de inflação, taxa de juro real, formação bruta de capital fixo da economia e apoio a investimentos realizados pelo BNDES. O desempenho dessas variáveis no período de 2006 a 2009, imediatamente posterior ao estabelecimento dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED), encontra-se na Tabela 1. A título comparativo, a referida tabela reporta, também, algumas metas pré-estabelecidas quando da edição dos enunciados e projeções oficiais realizadas para o ano de 2010.

Tabela 1. Desempenho de Variáveis Macroeconômicas

	2006	2007	2008	2009	2010	Fonte
Crescimento do PIB real (% a.a.)	3,97	6,08	5,14	-0,19	7,5(a)	IBGE
Crescimento médio do PIB real 2007-2010	-	4,59	4,59	4,59	4,59	Sedes
Meta de crescimento do PIB real (% a.a.)	-	6,00	6,00	6,00	6,00	EED
Crescimento do PIB real per capita (% a.a.)	2,74	4,92	4,04	-1,16	5,5(b)	IBGE
Crescimento médio do PIB real per capita	-	3,29	3,29	3,29	3,29	Sedes
Ocupações geradas - média mensal (mil)	159,7	204,3	152,8	147,2	244,6(c)	RAIS
Meta de geração de empregos (mil)	150	150	150	150	150	EED
Taxa de inflação observada - IPCA (% a.a.)	3,1	4,37	5,75	4,23	5,1(a)	IBGE
Meta para a taxa de inflação (% a.a.)	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	Bacen
Taxa de juro real (% a.a.)	10,7	6,62	5,74	5,06	5,75(d)	Bacen
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	16,43	17,44	18,67	16,73	19,1(a)	Ipea
Meta para a FBKF (% PIB)	25	25	25	25	25	EED
Desembolsos totais do BNDES (R\$ bi)	53,2	64,9	92,2	137,4	135(e)	BNDES

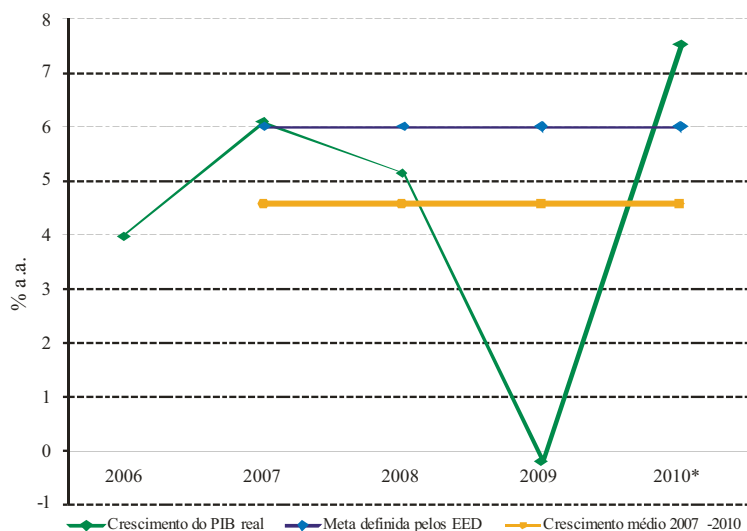
Notas: (a) Projeção do Ministério da Fazenda. (b) Com taxa de crescimento populacional de 2%. (c) Até setembro de 2010. (d) Em setembro de 2010. (e) Acumulado de 12 meses até julho de 2010.

Observando, inicialmente, o desempenho do crescimento econômico no período, verifica-se que a meta de crescimento médio anual de 6% para o PIB real foi superada em 2007 e, marginalmente, não foi alcançada em 2008. Contudo, vale destacar que, mesmo diante da crise financeira, iniciada nos Estados Unidos em fins de 2007, que se alastrou rapidamente e comprometeu o crescimento econômico de diversos países, já em 2008 o Brasil apresentou expansão econômica de mais de 5%.

O pior desempenho foi observado em 2009, quando houve retração de 0,19% no PIB real brasileiro em relação ao ano de 2008. A explicação para essa contração da economia advém da crise financeira mundial que, salvo raras exceções, provocou queda da produção em quase todos os países. Países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países da Europa ocidental, foram os que mais sentiram os impactos da crise. No Brasil, o impacto irá se restringir ao ano de 2009, pois previsões oficiais apontam um crescimento econômico de 7,5% para 2010. O Gráfico 1 ilustra o desempenho recente da economia brasileira comparativamente à meta de crescimento definida pelos EED.



Gráfico 1. Crescimento Econômico

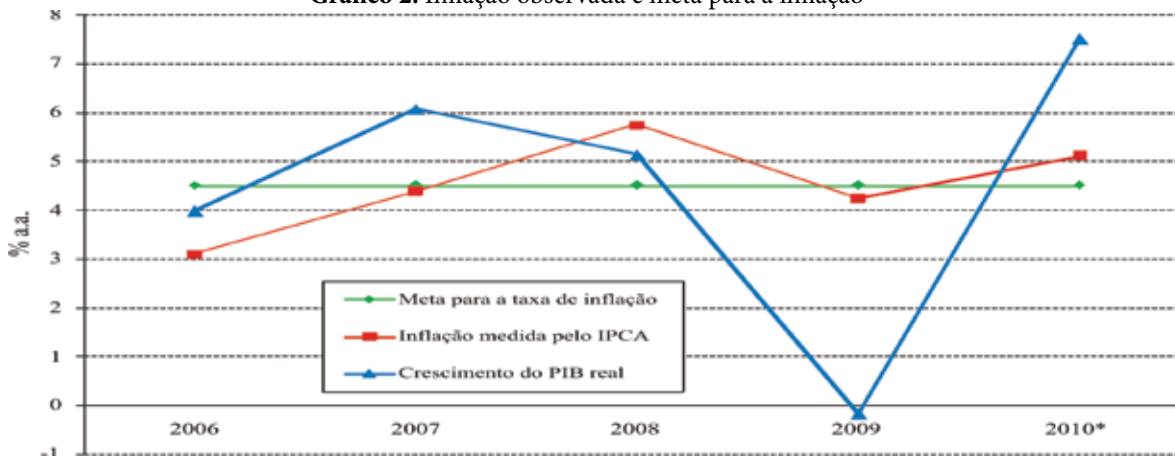


Nota: * Projeção do Ministério da Fazenda.
 Fontes: IBGE e EED.
 Elaboração: Sedes.

Descontado o crescimento populacional, o PIB real *per capita* aumentou 4,9% em 2007 e 4% em 2008. Devido ao evento exógeno da crise financeira internacional, o decréscimo no PIB real *per capita* em 2009 alcançou 1,16%. A expectativa é que o desempenho dessa variável supere os 5,5% em 2010, ano em que o País deve entrar num novo ritmo de crescimento econômico sustentável. Estudos recentes publicados pelo IBGE evidenciam crescimento de 21,7% do PIB *per capita* entre 1995 e 2007, quando registrou o valor de R\$14.465,00 sem ajuste de preços. Portanto, é possível que o PIB *per capita* nominal atinja as metas preconizadas pelos EED para o ano de 2022.

É interessante notar, também, que a taxa de crescimento econômico real de 6% é sustentável pela capacidade produtiva instalada. Isto pode ser confirmado pelos dados sobre a taxa de inflação observada e a meta para a inflação reportadas na Tabela 1 e ilustradas no Gráfico 2. Em 2007, por exemplo, a economia brasileira cresceu 6,08% ao ano superando, portanto, a meta sugerida de 6%. Ainda assim, a taxa de inflação observada naquele ano, medida pela variação no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que baliza o regime de metas de inflação definido pelo Banco Central, ficou abaixo do centro da meta: 4,37% ao ano contra 4,5%, valor definido pelo regime de metas. Em 2008, apesar do crescimento econômico marginalmente inferior a 6%, a taxa de inflação anual superou o centro da meta, mas ficou dentro da banda de variação permitida em torno da meta. Já em 2009, a inflação observada voltou a ficar abaixo do centro da meta (4,23%), puxada principalmente pela retração da demanda agregada decorrente da crise financeira internacional. Em 2010, estima-se que a inflação medida pelo IPCA fique em 5,1%.

Gráfico 2. Inflação observada e meta para a inflação



Fontes: IBGE e Banco Central
 * Projeção do Ministério da Fazenda.

Uma variável a ser destacada é o desempenho da economia brasileira em termos de geração de empregos: o total de empregos criados no período 2003 a 2010 pode chegar a 15 milhões. Como ilustrado pelo Gráfico 3, a meta definida pelos EED de geração média mensal de 150 mil ocupações foi superada, com exceção de 2009, quando o Brasil sentiu o efeito da crise econômica mundial. Em 2007, a meta foi superada em mais de 35%, tendo sido gerados 204.348 empregos ao mês, o que corresponde a quase 2,5 milhões de empregos no ano, de acordo com os dados da RAIS¹. Até setembro de 2010, dados da RAIS mostram uma geração média mensal de 244,6 mil empregos. Esse valor supera a meta dos EED em quase 100 mil empregos. Ademais, mantendo-se esse ritmo, o País deve fechar 2010 com mais de dois milhões de novos empregos. Gerar empregos é fundamental para a economia, pois possibilita o aumento da renda agregada e do consumo, amplia o investimento e contribui para a redução das desigualdades sociais.

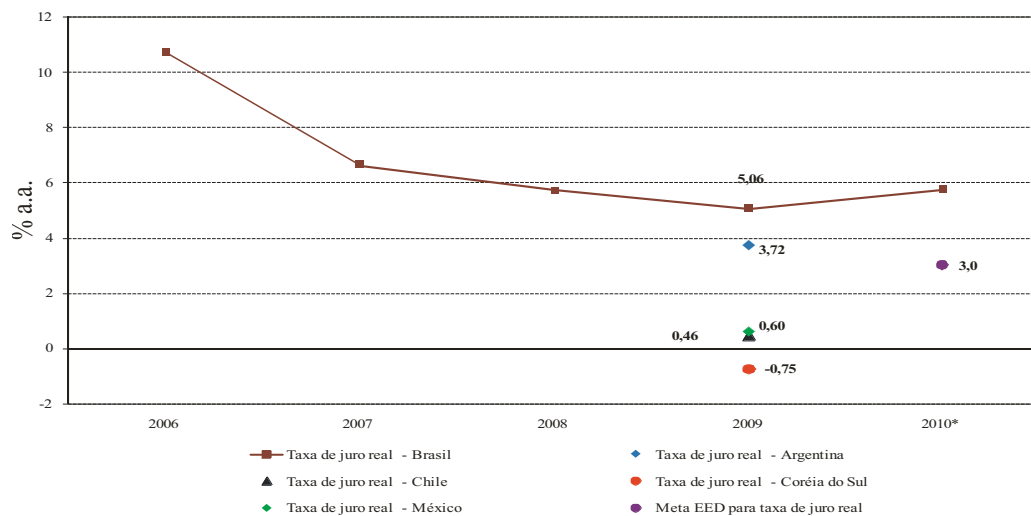
Gráfico 3. Geração de Empregos



Fontes: RAIS e EED
* Até setembro de 2010

O bom desempenho da economia no período, que conciliou crescimento econômico robusto sem comprometer a estabilidade de preços, permitiu ao Banco Central do Brasil relaxar progressivamente o controle do instrumento da política monetária, dado pela taxa nominal do over selic. Ocorreu, assim, uma redução da taxa de juros real da economia no período, que passou de 10,7% em 2006 para pouco mais de 5% em 2009, conforme ilustra o Gráfico 4. Há uma tendência à convergência da taxa de juros real da economia brasileira para o patamar de 3% ao ano definido como meta pelos EED no horizonte de 5 anos, contados a partir de 2006. Essa meta converge com as taxas de juros reais observadas em outras economias emergentes de classificação de risco semelhantes à do Brasil, como também mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4. Taxa de Juros Real do Brasil em Comparação com Outros Países



Nota: * Projeção Ministério da Fazenda.
Fonte: Banco Central, Ipeadata e EED.
Elaboração: Sedes

1 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).



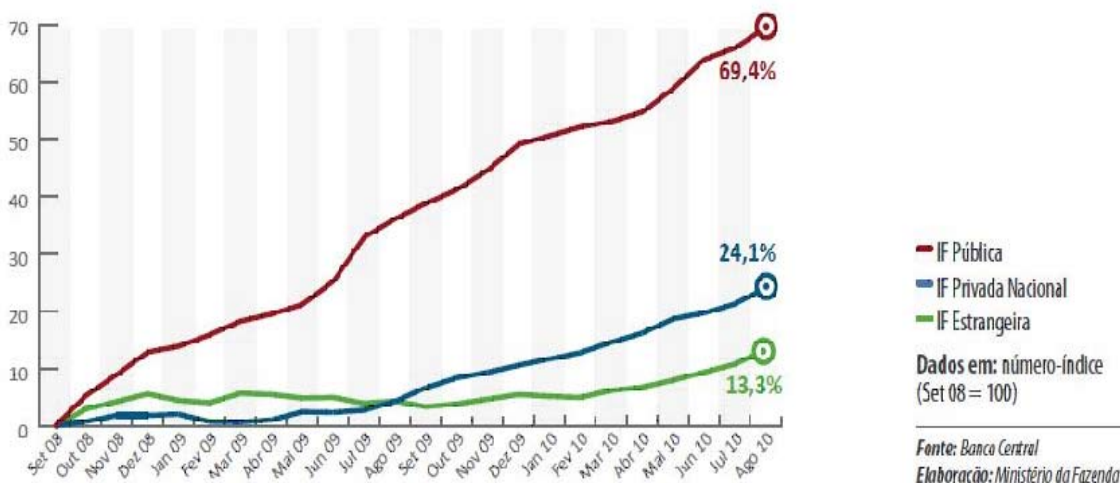
A evolução da variável formação bruta de capital fixo como percentual do PIB corrobora o bom desempenho da economia brasileira no período. Essa relação passou de 16,4% em 2006 para 18,7% em 2008. Em 2009, porém, apresentou uma redução para 16,7% do PIB devido aos efeitos da crise econômica internacional que reduziu o nível de investimento na economia brasileira. Nesse sentido, a meta de se alcançar 25% do PIB em formação bruta de capital fixo definida pelos EED deve ser alcançada no médio prazo, com a economia brasileira voltando a recuperar o ritmo de crescimento econômico a partir de 2010. Para esse ano, as projeções do Ministério da Fazenda apontam para um novo salto na formação bruta de capital fixo que deve atingir 19,1% do PIB. Vale ressaltar que os investimentos realizados pela Petrobras contribuíram para alavancar a formação bruta de capital fixo.

A Tabela 1 também revela que o BNDES teve papel importante como financiador do investimento no período. Os desembolsos totais do banco saltaram de R\$53,2 bilhões em 2006 para mais de R\$137 bilhões em 2009, o que representa um crescimento nominal de 158%. O acumulado de 12 meses, até julho de 2010, já alcança a cifra de R\$135 bilhões. Mantendo-se esse ritmo de crescimento, será possível atingir 2015 com desembolsos totais próximos a R\$650 bilhões. Essa foi a meta definida pelos EED para aquela variável no horizonte de 10 anos, começando em 2006. A atuação do BNDES e de todos os bancos públicos foi decisiva também para amenizar os efeitos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira. Entre 2008 e 2009, considerando apenas o BNDES, os desembolsos totais aumentaram quase 50%, contribuindo para a manutenção do nível de investimento interno e afastando os efeitos mais danosos da crise externa sobre a economia doméstica. Em 2010, a expectativa é de atingir um montante acima de R\$150 bilhões.

Dados divulgados pelo Ministério da Fazenda² mostram que, desde a crise financeira de 2008, os bancos públicos são os principais ofertantes de crédito ao mercado interno, conforme ilustrado pelo Gráfico 5. No período entre setembro de 2008 e agosto de 2010, o saldo das operações de crédito desses bancos cresceu 69,4%. Esse desempenho é superior ao dos bancos privados de capital nacional, com crescimento de 24,1%, e dos estrangeiros, que expandiram apenas 13,5% suas operações de crédito no período.

A participação dos bancos públicos no saldo total das operações de crédito chegou a 42,2% em agosto de 2010, superando tanto os bancos privados de capital nacional, com 40,2%, quanto os bancos de capital estrangeiros, que responderam por 17,6%. Mesmo com o crescimento expressivo do crédito livre, o BNDES – como mostra o Gráfico 6 – elevou sua participação no crédito total concedido na economia. Essa participação, que nos últimos cinco anos esteve sempre próxima a 20%, aumentou para 21,1% em 2010. Confirma-se, desse modo, que os bancos públicos foram os principais responsáveis pela expansão do crédito interno no período pós-crise financeira internacional.

Gráfico 5. Evolução do Crédito Bancário por Tipo de Instituição Financeira (número-índice – set/2008 = 100)

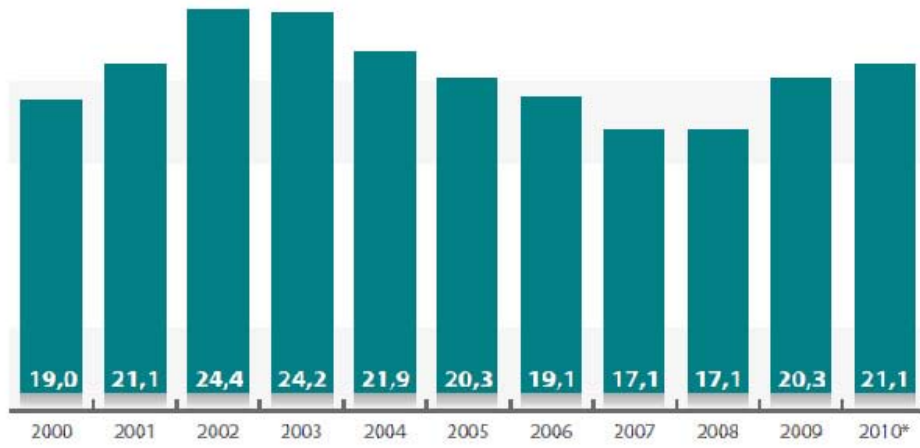


Nota: * Até agosto de 2010.

2 Vide Economia Brasileira em Perspectiva, 8ª edição, agosto/setembro de 2010.



Gráfico 6. Empréstimos do BNDES no Sistema Financeiro Nacional (% do total)



Política Tributária

A Agenda Nacional de Desenvolvimento definiu, como uma de suas prioridades, “*construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego*”. Para tanto, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED) sugeriram, dentre outras ações, reduzir a carga fiscal como proporção do PIB para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, contada a partir de 2006.

Dados reportados na Tabela 2 e ilustrados no Gráfico 7 sugerem, entretanto, um movimento no sentido oposto à meta definida pelos EED. Entre 2006 e 2009 houve um aumento de quase um ponto percentual na carga tributária total. Isso não significa, necessariamente, que os tributos tenham aumentado via maior taxa. O crescimento na arrecadação em relação ao PIB pode estar atrelado ao melhor desempenho econômico do Brasil no período, com maior geração de renda, ampliação da base tributária e o consequente aumento de arrecadação. Além disso, pode refletir uma redução da informalidade no País, com os diversos programas editados para trazer empresas e trabalhadores para o setor formal.

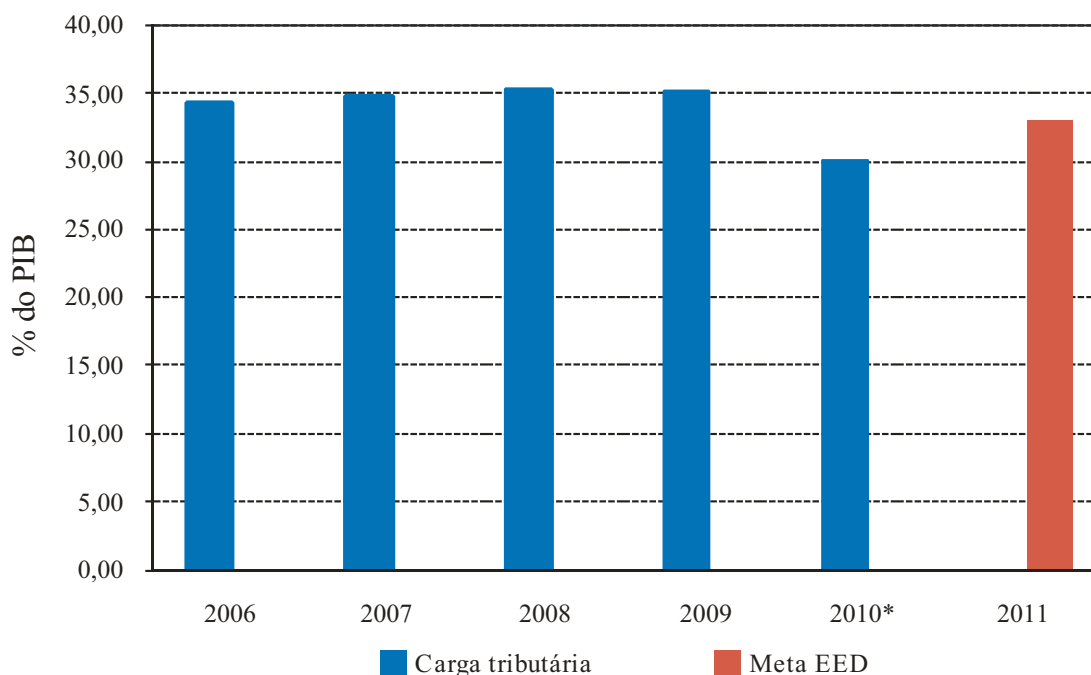
Tabela 2. Política Tributária

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Fonte
Carga tributária (% do PIB)	34,12	34,71	34,90	35,02	35,00 ^{a)}	-	STN
Meta EED para carga tributária (% do PIB)	-	-	-	-	-	33,0	EED

Nota: (a) Estimativa anual.

Reduzir a carga tributária para o patamar de 33% do PIB, conforme sugerido nos EED, requer avanços na reforma fiscal. Somente a partir de uma ampla reformulação nos sistemas de arrecadação será possível modernizar o sistema fiscal brasileiro, recuperando princípios básicos de tributação e reduzindo a carga tributária da economia, por meio de consenso entre União, Estados e Municípios.

Gráfico 7. Carga Tributária



Fontes: SNT e EED

Nota: * Até agosto de 2010.

Sistema Financeiro Nacional

O sistema financeiro nacional foi considerado um elo chave entre poupadores e investidores na economia brasileira, essencial para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico do País. Foram definidas metas para a evolução do *spread* bancário, expansão do crédito como proporção do PIB e inclusão bancária das classes menos favorecidas. A Tabela 3 e os Gráficos 8 e 9 reportam e ilustram o comportamento das variáveis econômicas relacionadas àqueles objetivos. São apresentadas, também, projeções oficiais para 2010.

Tabela 3. Sistema Financeiro Nacional

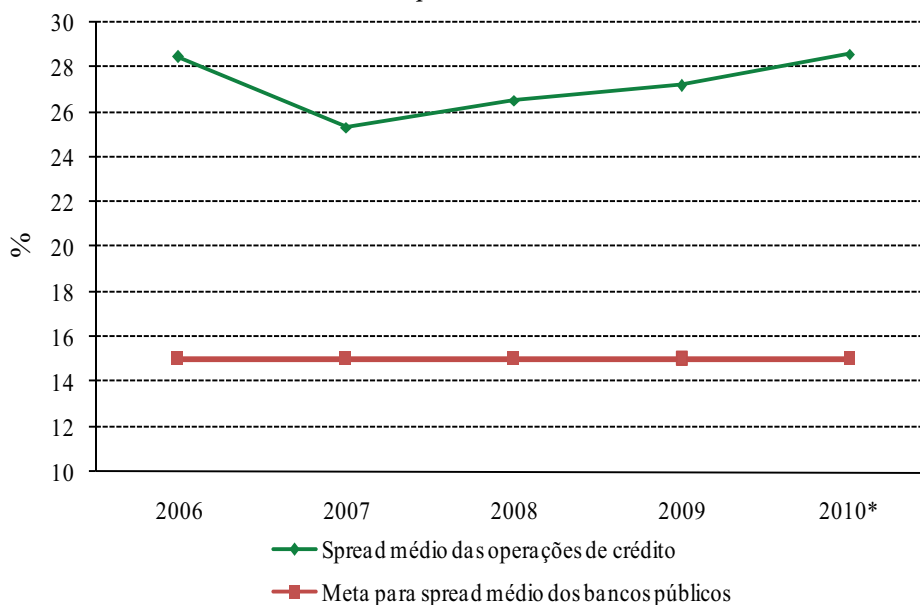
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Fonte
Spread médio das operações de crédito* (%)	28,47	25,35	26,56	27,22	28,6(a)	-	Bacen
Meta para spread médio bancos públicos (%)	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	-	EED
Crédito total do sistema financeiro (% PIB)	28,48	31,66	37,26	41,25	48,0(b)	-	Bacen
Meta para o crédito total (% PIB)	50	50	50	50	50	-	EED
Crédito do sist. financeiro à indústria (% PIB)	6,51	7,23	8,85	9,77	21,3(b)	-	Bacen
Meta para crédito à indústria (% PIB)	10	10	10	10	10	-	EED
Contas bancárias: classe baixa renda** (milhões)	4,5	5,4	6,7	7,8	10,26	-	Febraban
Meta contas bancárias: classe baixa renda (milhões)	-	-	-	-	-	10,0	EED

Nota: * Refere-se ao diferencial entre as taxas de juros consolidadas das operações de crédito das instituições do Sistema Financeiro Nacional. **valores estimados com base no número total de contas bancárias, pessoa física. (a) Em agosto de 2010. (b) Projeção do Ministério da Fazenda.

No que se refere ao *spread* bancário médio, observa-se um decréscimo marginal no valor médio praticado pelo mercado, que passou de 28,47% em 2006 para 27,22% em 2009. Em agosto de 2010, contudo, o *spread* atingiu 28,6%, pouco acima do patamar de 2006.

O nível atual do *spread* ainda é mais elevado que a meta de 15% sugerida pelos EED, para os bancos públicos. Diversos fatores contribuem para esse resultado, por exemplo: taxa de juros real elevada, risco de inadimplência, ineficiência administrativa, reduzida concorrência entre as instituições de crédito, entre outros.

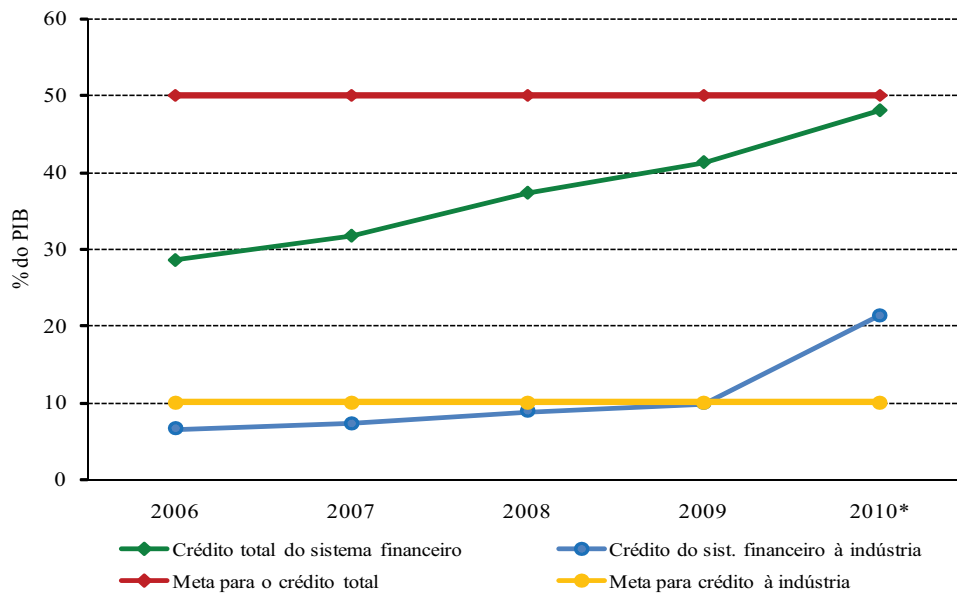
Gráfico 8. Spread Bancário Médio



Fontes: Banco Central e EED
* Em agosto de 2010.



Gráfico 9. Crédito do Sistema Financeiro Nacional

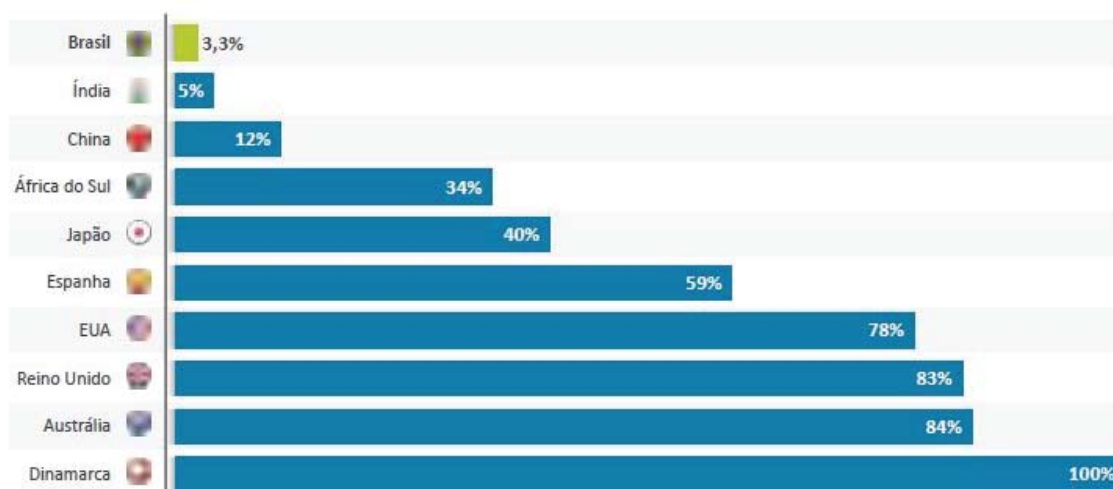


* Projeção Ministério da Fazenda.
 Fonte: Banco Central e EED.
 Elaboração: Sedes.

Houve no período uma vigorosa expansão do crédito como proporção do PIB. O crédito total concedido pelo sistema financeiro passou de 28,48% em 2006 para 41,25% em 2009, o que representa um crescimento de quase 45% em relação ao patamar de 2006. Projeções do Ministério da Fazenda indicam que o crédito deve atingir 48% do PIB em 2010. Mantido esse desempenho, em dois anos será possível superar a marca de 50% do PIB em crédito total concedido pelo sistema financeiro nacional.

O crédito imobiliário também segue essa tendência de alta. Dados do Ministério da Fazenda mostraram aumento de 21,4% no primeiro semestre de 2010. Ressalta-se que, embora o crédito imobiliário tenha se elevado, a participação atual em relação ao PIB (3,3%) ainda é uma das menores do mundo, como ilustra o Gráfico 10. Somente a Caixa Econômica Federal (CEF), líder no segmento de concessão de crédito imobiliário, foi responsável por 73% das contratações do mercado imobiliário em 2009. No primeiro semestre de 2010, o financiamento imobiliário com recursos direcionados cresceu 21,4% no Brasil. Em percentuais do PIB, a CEF prevê que o crédito imobiliário deve atingir 10% do PIB em 2015.

Gráfico 10. Crédito Imobiliário (% PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda.



A participação da indústria no crédito total também aumentou sensivelmente no período, passando de 6,51% em 2006 para 9,77% em 2009. Se a projeção para o ano de 2010 se confirmar (21,2%), a meta estipulada pelos EED, participação de 10% para a indústria, será ultrapassada. Nesse segmento, a expansão em relação ao nível observado em 2006 foi de 50%, batendo até mesmo o crescimento do crédito total. Tal desempenho contribuiu para financiar o crescimento econômico brasileiro no período.

Por fim, houve também crescimento da inclusão bancária das classes de menor renda no período. O número de contas bancárias da classe baixa renda saltou de 4,5 milhões em 2006 para 7,8 milhões em 2009. Ampliar o crédito ao consumidor e promover a inclusão bancária, inclusive dos segmentos mais pobres da população, é primordial para o desenvolvimento brasileiro. Para o ano de 2010, a previsão é que o número de contas bancárias da classe baixa renda chegue a 10,26 milhões, atingindo assim a meta de 10 milhões de contas definida pelos EED.

Comércio Exterior

Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento estabelecem que “o desenvolvimento econômico do País deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo”. Para tanto, definem metas para o crescimento das exportações brasileiras em relação ao crescimento das exportações mundiais e para a geração de divisas oriundas do setor de turismo, via entrada de turistas estrangeiros no Brasil.

O desempenho dessas variáveis no período recente, após a edição dos EED, é reportado na Tabela 4 e ilustrado nos Gráficos 10 e 11. Observa-se que as exportações brasileiras apresentaram taxas de crescimento superiores a 15% ao ano em 2006 e 2007, alcançando 23,21% em 2008. Em 2009, porém, devido à forte retração nos mercados internacionais provocada pela crise econômica mundial, as exportações nacionais experimentaram uma queda de 22,71% em relação ao volume exportado no ano anterior.

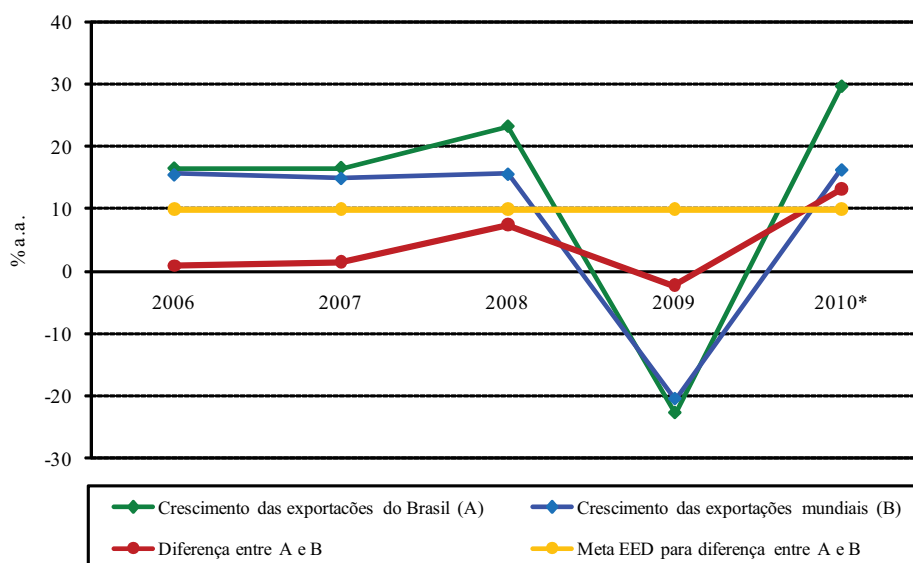
Tabela 4. Comércio Exterior

	2006	2007	2008	2009	2010	Fonte
Crescimento exportações Brasil - % a.a. (A)	16,48	16,58	23,21	-22,71	29,63(a)	Bacen
Crescimento exportações mundo - % a.a. (B)	15,6	15,02	15,71	-20,45	16,4(b)	FMI
Diferença entre A e B - % a.a.	0,88	1,55	7,51	-2,26	13,23	Sedes
Meta para a diferença entre A e B - % a.a.	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	EED
Receita de viagens internacionais - US\$ bi	4,32	4,95	5,79	5,30	5,57(c)	Bacen
Meta para receita de viagens int. - US\$ bi	-	-	-	-	10,0	EED

Nota: (a) Até setembro de 2010 em relação a mesmo período de 2009. (b) Projeção do FMI. (c) Projetado com base em 5% de crescimento.

O bom desempenho nos primeiros três anos da amostra não foi suficiente para atingir a meta traçada pelos EED. Somente em 2008, o diferencial entre o crescimento nas exportações brasileiras e o crescimento nas exportações mundiais, que ficou em 7,51%, chegou próximo à meta de 10% definida pelos EED. Esse cenário, contudo, deve mudar caso as projeções para 2010 se confirmem. Até setembro de 2010, contra mesmo período de 2009, as exportações brasileiras cresceram 29,63%. As projeções do FMI para 2010 sugerem um aumento de 16,4% para as exportações mundiais. Assim, a diferença entre essas taxas de crescimento deve atingir 13,23%, superando a meta de 10% estabelecida pelos EED.

Gráfico 11. Crescimento das Exportações: Brasil versus Mundo

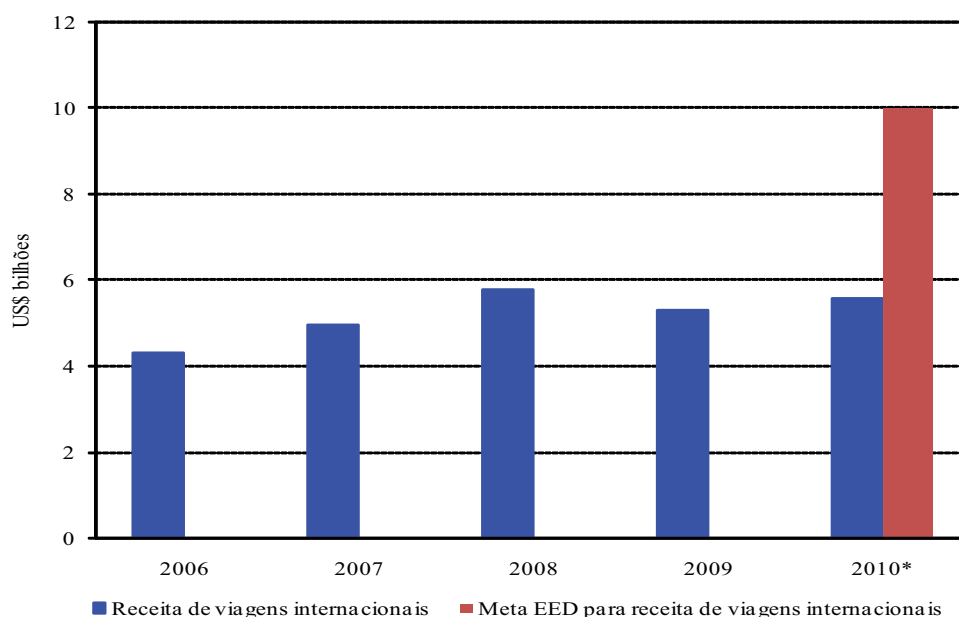


Fonte: Banco Central, FMI e EED

* Jan - set 2010 contra Jan - set 2009 e projeção do FMI.



Gráfico 12. Receita Turística com Viagens Internacionais



Fonte: Banco Central e EED

* Projeção

A entrada de divisas no Brasil, via setor turístico, passou de R\$4,3 bilhões em 2006 para R\$5,3 bilhões em 2009, acumulando crescimento de 22,9% no período. Esse crescimento poderia ter sido ainda maior caso não fosse afetado pela crise econômica internacional de 2009, quando a entrada de divisas caiu em R\$480 milhões. Mantido o crescimento médio dos anos anteriores, o montante de receitas de viagens internacionais em 2010 deve ser próximo a R\$5,6 bilhões. Portanto, a meta de receber R\$10,0 bilhões em divisas do setor turístico em 2010 não deve ser atingida.

As tabelas a seguir, elaboradas com base em estatísticas da Organização Mundial do Turismo – OMT, evidenciam que o Brasil ainda tem uma pequena participação como destino turístico internacional.

Viagens Internacionais de Turistas					
Classificação por Destino		Séries	Milhões de Viagens		Variação (%)
			2007	2008	08/07
1	França	TF	81,9	79,3	-3,2
2	EUA	TF	56,0	58,0	3,6
3	Espanha	TF	58,7	57,3	-2,3
4	China	TF	54,7	53,0	-3,1
5	Itália	TF	43,7	42,7	-2,1
6	Reino Unido	TF	30,9	30,2	-2,2
7	Ucrânia	TF	23,1	25,4	9,8
8	Turquia	TF	22,2	25,0	12,3
9	Alemanha	TCE	24,4	24,9	1,9
10	México	TF	21,4	22,6	5,9
	Soma	TF	417,0	418,4	0,3
	Brasil	TF	5,0	5,1	0,2
	Outros	TF	482,0	498,5	3,4
	Total	TF	904,0	922,0	2,0

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO).



Receitas de Turistas Estrangeiros				
Classificação por Destino		Bilhões (US\$)		Varição (%)
		2007	2008	08/07
1	EUA	96,7	110,1	13,8
2	Espanha	57,6	61,6	6,9
3	França	54,3	55,6	2,4
4	Itália	42,7	45,7	7,2
5	China	37,2	40,8	9,7
6	Alemanha	36,0	40,0	11,0
7	Reino Unido	38,6	36,0	-6,7
8	Austrália	22,3	24,7	10,6
9	Turquia	18,5	22,0	18,7
10	Áustria	18,9	21,8	15,4
	Soma	422,8	458,3	8,4
	Brasil	4,9	5,8	0,2
	Outros	429,3	479,9	11,8
	Total	857,0	944,0	10,1

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO).

Infraestrutura Econômica

A infraestrutura econômica foi considerada um aspecto fundamental para a integração e desenvolvimento econômico brasileiro. Os elementos explicitamente destacados pelos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento são: logística e transportes, energia e infraestrutura hídrica. Os EED sugerem o desenvolvimento integrado dos mesmos, com a ampliação de investimentos públicos naquelas áreas.

A Tabela 5 reporta a evolução recente, pós-EED, do gasto público em transporte, tanto em valor absoluto quanto percentual do PIB. O Gráfico 12 ilustra uma dessas variáveis juntamente com a meta definida pelos EED. Observa-se que, a preços de 2006, o gasto total em transporte realizado pela União atingiu R\$7,15 bilhões no ano de 2009. Esse valor é inferior aos R\$8,2 bilhões estabelecidos como meta para essa variável pelos EED. Em termos nominais, contudo, a meta anterior foi ultrapassada em R\$0,03 bilhão. A projeção para o ano de 2010 indica investimentos de R\$8,6 bilhões, também acima da meta dos EED para essa variável.

Tabela 5. Infraestrutura Econômica

	2006	2007	2008	2009	2010 ^(a)	Fonte
Gasto em transporte (R\$ bi – valor nominal)	6,91	5,71	4,78	8,23	8,64	STN ^(b)
Meta para o gasto em transporte (R\$ bi)	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	EED
Gasto em transporte (R\$ bi de 2006)	6,91	5,47	4,33	7,15	7,51	STN ^(b)
Gasto em transporte (% do PIB)	0,29	0,21	0,16	0,26	0,25	Sedes

Nota: (a) Projetado com base em 5% de crescimento ao ano.

(b) Despesas totais por função da União.

O ano de melhor desempenho para o gasto da União em transporte foi 2009, quando houve um aumento real de aproximadamente 65% em relação a 2008 e um aumento nominal de 72% no mesmo período. Vale acrescentar que o aumento ocorrido em 2010 indica tendência de aumento dos investimentos em transportes resultante da melhoria da gestão e execução dos projetos influenciada pela implementação do PAC.

Gráfico 13. Gasto em Transporte



Fonte: STN e EED

* Projeção

Quanto aos investimentos em energia, também houve avanços importantes no período. Como mostra o Quadro 1, o investimento em infraestrutura energética de 2007 até 2010 foi de aproximadamente R\$299 bilhões, ultrapassando a meta de investimento de R\$36 bilhões ao ano definida pelos conselheiros. A projeção para pós-2010 é que sejam investidos mais R\$750 bilhões. Entre as obras, podem ser citadas: a construção de 32 linhas de transmissão, a entrada em operação de 13 novas plataformas para produção de petróleo e a construção de mais de



3 mil quilômetros de gasodutos. É relevante mencionar que a diversificação da matriz energética brasileira ainda não alcançou o patamar pretendido pelos EED, mas os investimentos em energias renováveis e biocombustíveis sinalizam para crescente diversificação.

Com relação à infraestrutura hídrica destacam-se ações e obras que visam melhorar o acesso da população brasileira à água, como a integração e revitalização do Rio São Francisco, Programa Água para Todos e Proágua Nacional e aumento da disponibilidade de água para irrigação. Entre 2007 e 2010, R\$11,28 bilhões foram investidos em Recursos Hídricos, aquém da meta de R\$10 bilhões ao ano estipulada pelos EED.

Dessa forma, o Brasil deve mobilizar mais investimentos, tanto públicos quanto privados, para promover o avanço necessário ao desenvolvimento integrado da infraestrutura econômica, conforme sugerido pelos EED. O Quadro 1 mostra que o PAC projeta avançar nesse sentido, incrementando investimentos pós-2010 tanto em logística (aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos e rodovias) quanto em infraestrutura energética (petróleo e combustíveis renováveis, geologia, gás natural e energia elétrica).

Quadro 1. Infraestrutura Econômica: 10º Balanço do PAC (em R\$ bi)

	Até 2010	Pós 2010	Investimento Total
Recursos Hídricos	11,28	2,11	13,39
Logística			
Aeroporto	1,0	2,8	3,8
Ferrovia	11,3	40,5	51,8
Hidrovia	1,3	0,2	1,5
Marinha Mercante	11,6	-	11,6
Porto	2,7	0,8	3,5
Rodovias	64,9	8,3	73,2
Total Logística	92,8	52,6	145,4
Energia			
Combustíveis Renováveis	13,9	3,5	17,4
Geologia e Mineração	0,2	0,3	0,5
Petróleo e Gás Natural	202,5	685,0	887,5
Geração de Energia Elétrica	61,1	57,8	118,9
Geração de Energia Elétrica – PROINFA	7,8	0,13	7,9
Transmissão de Energia Elétrica	12,9	12,1	25,0
Total – Energia	298,4	758,9	1.057,2

Fonte: 10º Balanço do PAC.

Pequenas e Médias Empresas

As pequenas e médias empresas receberam atenção especial da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Essa preocupação é justificável pela capacidade que possuem de contribuir com o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro via geração de emprego e renda. Assim, foram definidos como prioritários a redução da carga tributária sobre a pequena e média empresa e a ampliação do número dessas empresas no setor formal da economia, que deve chegar em 2022 com 10,3 milhões de pequenos e médios empreendimentos na formalidade.

O primeiro dos objetivos traçados esbarra na questão da reforma tributária. A desoneração e simplificação do Sistema Tributário Nacional são pontos a serem tratados pela reforma e que atendem às demandas do pequeno e médio empresariado nacional. Um programa que representou um importante passo em direção à simplificação do sistema tributário é o Simples Nacional, o qual também vai ao encontro da meta estabelecida pelos EED no que se refere ao aumento da quantidade de micro, pequenas e médias empresas.

O programa, um regime tributário diferenciado, é voltado especificamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, entrou em operação a partir de julho de 2007. O principal objetivo do Simples Nacional é unificar, nos âmbitos dos governos federal, estaduais e municipais, a arrecadação de tributos e contribuições das micro e pequenas empresas por meio da apuração e recolhimento dos impostos e contribuições mediante regime único de arrecadação.

De acordo com a Receita Federal, os optantes pelo Simples passaram de 2,9 milhões de micro e pequenas empresas em 2008 para 3,4 milhões em 2009, com crescimento de 17,24% no período³. Em termos de arrecadação, houve um crescimento de 10,74% entre os anos de 2008 e 2009, quando o valor arrecadado passou de R\$24,2 bilhões para R\$26,8 bilhões. Ressalta-se que a lenta adesão de Estados e Municípios ao Programa explica o modesto ritmo de crescimento de empresas que optaram pelo Simples. A expectativa, com a maior adesão, é que cada vez mais empresas optem pelo Programa, que cumprirá o papel de atrair micro e pequenas empresas para o setor formal da economia brasileira.

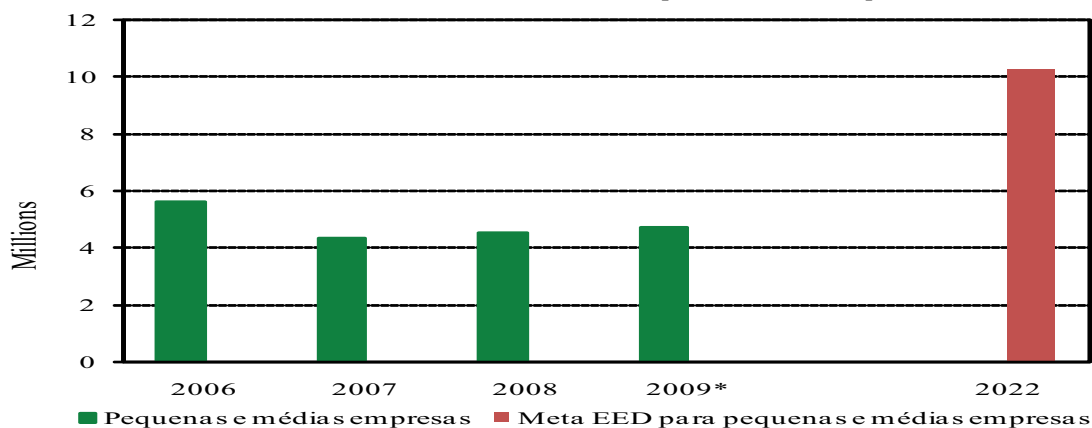
O aumento da formalidade das pequenas e médias empresas pode ser constatado nos dados reportados pela Tabela 6 e ilustrados no Gráfico 13. De acordo com a classificação do IBGE, que tem como base o critério da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Brasil registrou 4,7 milhões de pequenas e médias empresas em 2009. A meta definida pelos EED de alcançar 2022 com 10,3 milhões de micro e pequenas empresas dentro da formalidade irá requerer um crescimento anual médio de 6,22% entre 2009 e 2022.

Tabela 6. Pequenas e Médias Empresas

	2006	2007	2008	2009*	2022	Fonte
Número de pequenas e médias empresas (milhões)	5,6	4,3	4,5	4,7	-	IBGE
Meta para pequenas e médias empresas (milhões)	-	-	-	-	10,3	EED

Nota: * Estimado com base na taxa média de crescimento de 5%.

Gráfico 14. Número de Pequenas e Médias Empresas



Fonte: IBGE e EED
* Projeção

3 A comparação não deve ser feita com o ano de 2007, pois o Simples Nacional entrou em vigor a partir de julho daquele ano.



Outro programa relevante, parte do Simples Nacional, é o Micro Empreendedor Individual (MEI), o qual também contribui para aumentar a formalização das empresas. Nessa classificação se enquadram indivíduos que trabalhem por conta própria, tenham faturamento máximo de até R\$ 36.000,00 por ano, não possuam participação em outra empresa, tenham um empregado contratado que receba salário mínimo ou o piso da categoria e queiram se legalizar como pequenos empresários. Dentre as vantagens oferecidas pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que regulamentou o MEI, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), enquadramento no Simples Nacional, isenção de tributos federais e pagamento de valor fixo mensal, conforme a atividade desenvolvida se insira no comércio, indústria ou prestação de serviços. O MEI permite ao empreendedor, entre outras facilidades, ter acesso à conta bancária, solicitar crédito e emitir notas fiscais. É, portanto, mais um incentivo ao aumento da formalidade na economia brasileira.



Desenvolvimento Regional

Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento definiram a necessidade de se implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando valorizar a diversidade e reduzir as desigualdades regionais no Brasil. Para tanto, propôs a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) voltado para a redução das disparidades regionais. Com início no ano de 2006, deveriam ser destinados ao Fundo 2% da arrecadação dos tributos federais nos primeiros cinco anos, 2,5% nos cinco anos seguintes e 3% nos 10 anos subsequentes. Tomando como base o exercício de 2006, o aporte inicial do FNDR deveria ser de R\$2 bilhões.

A proposta de criação do FNDR, contudo, faz parte do projeto mais amplo de reforma tributária. Como ainda não houve avanço nessa reforma no Congresso Nacional, a criação do FNDR não se materializou. Portanto, a meta estabelecida pelos EED de destinar 2% ao ano da arrecadação federal ao FNDR entre 2006 e 2010, não foi alcançada.

Outras políticas públicas, entretanto, contribuíram para a redução das desigualdades regionais. Esse argumento pode ser confirmado comparando-se as taxas de crescimento econômico das regiões brasileiras nos últimos anos. Entre 2006 e 2009, as regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio anual foram Nordeste (3,92%), Centro-Oeste (3,88%) e Norte (3,7%). Por sua vez, o crescimento médio anual no mesmo período das regiões Sul e Sudeste – as mais desenvolvidas – ficou em 3,15% e 1,63%, respectivamente. As políticas públicas estão contribuindo, desse modo, para reduzir as desigualdades regionais, ainda que em ritmo e escala insuficientes para os propósitos sugeridos pelos EED.

Dentre essas políticas, podem-se destacar os programas sociais de distribuição de renda do Governo Federal que, por terem como alvo principal famílias de baixa renda, acabam beneficiando em maior escala os estados mais pobres da federação. Embora possuam características próprias e visem públicos específicos, algumas políticas públicas como os Programas Bolsa-Família, de Erradicação do Trabalho Infantil, Luz para Todos, Brasil Alfabetizado e ProUni, bem como a Política de Valorização do Salário Mínimo, contemplam proporcionalmente mais os municípios com os maiores índices de pobreza. Assim, contribuem para aumentar a renda familiar, melhorar as condições de vida da população local e reduzir as desigualdades brasileiras.

O direcionamento de investimentos de empresas estatais para as regiões mais pobres também atua para desconcentrar a produção econômica e reduzir as desigualdades regionais. Esses investimentos geram um transbordamento econômico muito maior, em termos de geração de emprego e renda quando são realizados em regiões carentes do que se permanecerem concentrados nas regiões mais prósperas do País. Esse é o caso, por exemplo, da construção, pela Petrobras, de refinarias no Ceará, Maranhão e Pernambuco, as quais têm o potencial de gerar impactos (tecnológicos, sociais e econômicos) positivos para a região Nordeste. Abstendo-se da discussão sobre viabilidade econômica, a taxa de retorno social de tais projetos é elevada e coaduna com os objetivos do EED de redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Reforma Agrária

A reforma agrária foi considerada uma das prioridades da Agenda Nacional de Desenvolvimento para o período entre 2006 e 2010. Nesse sentido, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento sugeriram “*garantir acesso à terra, em quantidade e qualidade, com assistência técnica, extensão rural, infraestrutura e crédito para mais de 1,5 milhões de famílias de agricultores sem terra, até 2015*”.

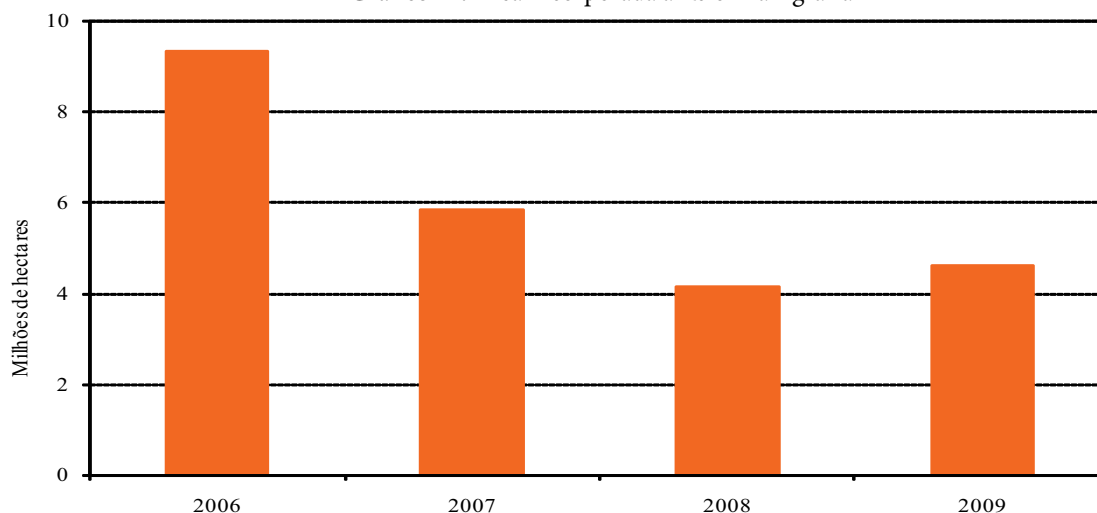
A primeira dificuldade dessa meta diz respeito à baixa qualidade, e até ausência, de dados sobre assentamentos realizados pelo programa nacional de reforma agrária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por exemplo, não dispõe de uma série histórica sobre o número de famílias beneficiadas por assentamentos rurais da reforma agrária. Desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964, há quase cinquenta anos, não existe um consenso em relação ao número de famílias assentadas. Os números existentes são questionados pelo próprio Incra devido a problemas metodológicos.

Assim, diante da ausência de dados e para confrontar a meta de assentamentos definida pelos EED, optou-se por recorrer aos dados oficiais recentemente divulgados pelo Incra sobre a área total incorporada ao programa nacional de reforma agrária, implantação de projetos e número de decretos de desapropriação, reportados na Tabela 7 e ilustrados no Gráfico 14. O desempenho dessas variáveis no período a que se refere os EED permitirá inferir sobre a evolução dos assentamentos familiares, embora o número de assentamentos seja desconhecido.

Tabela 7. Reforma Agrária

	2006	2007	2008	2009	Fonte
Área incorporada à reforma agrária (mi. ha)	9,33	5,82	4,13	4,62	Incra
Implantação de projetos	678	391	329	297	Incra
Decretos desapropriatórios: área (ha)	554.770	207.481	530.463	-	Incra
Decretos desapropriatórios: imóveis	327	101	243	-	Incra

Gráfico 14. Área Incorporada à Reforma Agrária



Fonte: Incra.
Elaboração Sedes.

Os dados da Tabela 7 revelam que, entre 2006 e 2009, houve um decréscimo de mais de 50% na área total incorporada ao programa de reforma agrária. Houve, também, um declínio ainda mais pronunciado na implantação de projetos relacionados à reforma agrária, que passou de 678 em 2006 para 297 em 2009. Ambas estatísticas convergem para a conclusão de que houve uma considerável queda no número de famílias sem terra assentadas pela reforma agrária no período.

Além disso, tanto a área total de terra atingida por decretos de desapropriação quanto o número de imóveis rurais desapropriados entre 2006 e 2008, último dado disponibilizado pelo Incra, sofreram redução. O comportamento



desses indicadores corrobora o argumento de possível queda no número de famílias sem terra assentadas pelo programa nacional de reforma agrária.

É relevante mencionar, entretanto, que embora a reforma agrária não tenha evoluído como sugerido pelos EED, a agricultura familiar expandiu-se de forma considerável no Brasil. O Censo Agropecuário de 2006, construído a partir da Lei da Agricultura Familiar⁴, mostrou que a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos do País é de 84,4%, ocupando cerca de 12,3 milhões de pessoas – o que representa 74,4% das pessoas ocupadas na agropecuária. Com relação à área total dos estabelecimentos, a agricultura familiar ocupa apenas 24,3% da área, mostrando que a estrutura agrária brasileira ainda é concentrada. Quando se analisa a participação no valor bruto da produção, percebe-se que, apesar de ocupar uma pequena parcela da área dos estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção gerado no Brasil.

Pode-se afirmar que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) contribuiu para esse bom desempenho. A partir da safra 2002/2003, o crédito fornecido pelo PRONAF aumentou substantivamente, passando de R\$2 bilhões para R\$16 bilhões na safra 2010/2011. Apesar dos avanços é necessário aumentar os investimentos no campo para melhorar a renda do agricultor, as condições de vida da população rural e atuar incisivamente para resolver a questão agrária.

4 Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Desigualdade Social

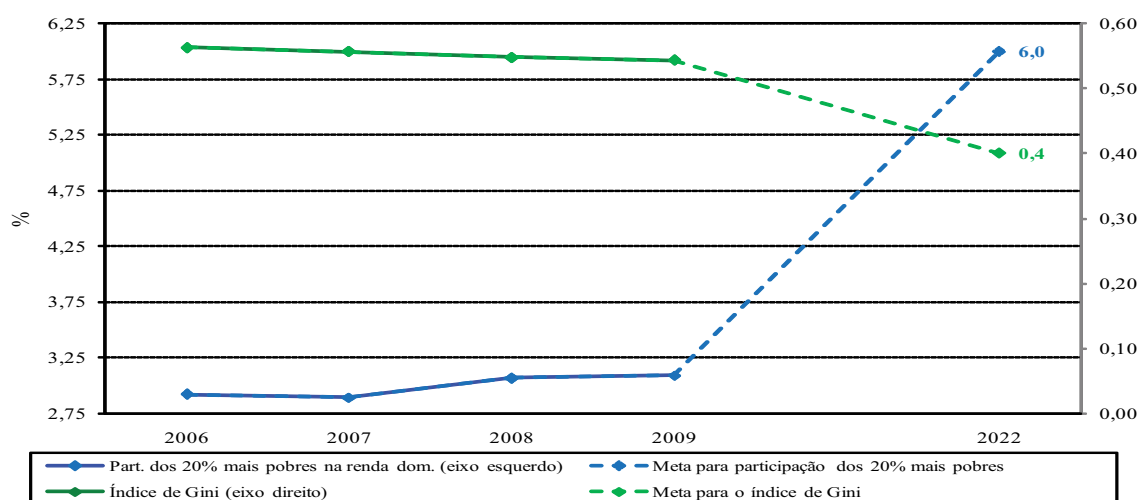
A desigualdade social brasileira é um dos temas que mais chama a atenção dos formuladores de políticas públicas. É consenso que somente a partir de uma distribuição mais igualitária de renda o País conseguirá ingressar em um nível superior de desenvolvimento econômico e social. A Agenda Nacional de Desenvolvimento buscou contribuir com a questão definindo a necessidade de “fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente”. Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento relacionados a esse entendimento propuseram metas para dois indicadores sociais importantes: Índice de Gini e participação dos 20% mais pobres na renda nacional. Para o primeiro, os EED sugeriram que seja reduzido para 0,40 até o ano de 2022; já a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. A evolução recente desses dois indicadores é reportada na Tabela 8 e ilustrada no Gráfico 15.

Tabela 8. Desigualdade Social

	2006	2007	2008	2009	2022	Fonte
Índice de Gini	0,56	0,56	0,55	0,54	-	Ipea
Meta para o Índice de Gini	-	-	-	-	0,40	EED
Participação dos 20% mais pobres na renda nacional (%)	2,92	2,89	3,06	3,09	-	Ipea
Meta para a participação dos 20% mais pobres	-	-	-	-	6,00	EED

Os dados da Tabela 8 revelam que o Brasil alcançou avanços sociais importantes após 2006. O Índice de Gini passou de 0,56 em 2006 para 0,54 em 2009, o que representa queda de 3,5%. Ao mesmo tempo, houve crescimento da participação dos 20% mais pobres na renda nacional, de 2,92% para 3,09% no mesmo período. Nesse caso, o crescimento da apropriação de renda pelos 20% mais pobres foi de 5,9%.

Gráfico 15. Desigualdade Social



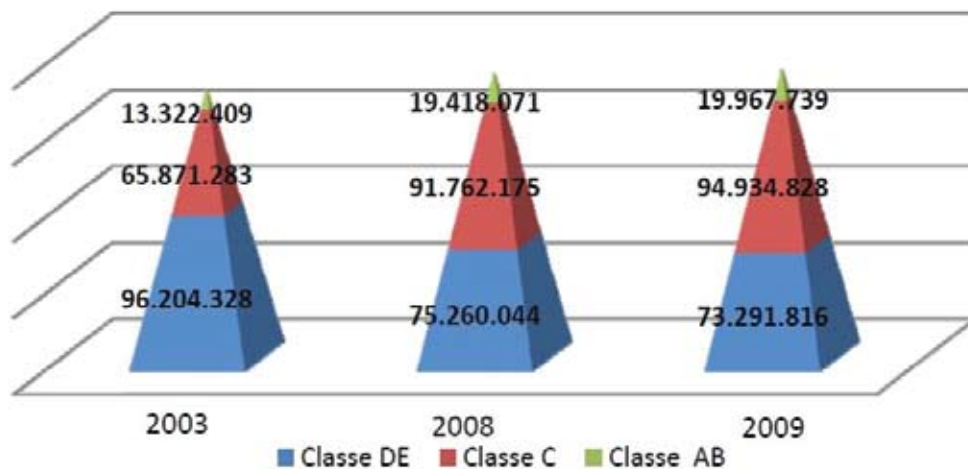
Fonte: Incra.
Elaboração Sedes.

O aumento, ainda que modesto, na participação dos 20% mais pobres na renda nacional acompanha o deslocamento observado na pirâmide populacional brasileira dividida em classes econômicas. Desde 2003 a pobreza no Brasil caiu 45,5%, ou seja, cerca de 20,5 milhões de pessoas cruzaram a linha da miséria.

Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelam que em 2003 havia 96,2 milhões de pessoas na classe D-E; 65,9 milhões na classe C e 13,3 milhões na classe A-B. Em 2009, essa distribuição se alterou para 73,3 milhões de pessoas na classe D-E; 94,9 milhões na classe C e 20 milhões na classe A-B. A pirâmide de distribuição populacional brasileira em classes econômicas sofreu alteração estrutural, já que 6,7 milhões de pessoas ingressaram na classe A-B; 29 milhões entraram na classe C e 22,9 milhões deixaram a classe D-E, entre 2003-2009, conforme ilustra o Gráfico 16.



Gráfico 16. A Pirâmide Populacional dividida em Classes Econômicas



Fonte: Neri, M. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. (p. 13)

A edição e ampliação de programas sociais de distribuição direta de renda contribuíram para esse bom desempenho. Programas como o Programa Bolsa Família, a geração recorde de emprego com carteira assinada ocorrida no período e a Política de Valorização do Salário Mínimo, geraram ganhos reais significativos para a população que tem rendimento mensal atrelado ao salário mínimo.

Os ganhos ainda representam mudanças marginais perto do desafio que o Brasil tem de reduzir sua desigualdade social. O Gráfico 15 revela, contudo, que a tendência é de manutenção do movimento de redução das desigualdades sociais e não apenas uma variação pontual no tempo, uma vez que mostra queda do coeficiente do Índice de Gini, paralelamente, ao aumento na participação dos 20% mais pobres na renda nacional.

Para alcançar as metas definidas pelos EED, a melhora deve ser mais acelerada. Ao ritmo atual, por exemplo, o Índice de Gini atingiria o valor de 0,40 apenas no ano de 2034. Em 2022, esse índice estaria em 0,462. Já a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres, ao ritmo médio da queda atual, atingiria 2022 com 3,96% e a meta de 6% seria alcançada apenas em 2044. Nesse sentido, apesar do bom desempenho recente de ambos indicadores de desigualdade social, o Brasil deve intensificar a edição e aplicação de políticas redistributivas e de aumento de renda para que possa atingir níveis de igualdade compatíveis às nações mais desenvolvidas em menos tempo.

Educação

Educação ampla e de qualidade representa a base de qualquer processo igualitário de desenvolvimento econômico. Todos os países que alcançaram a condição de nação desenvolvida passaram por significativa transformação no nível de educação de suas populações. Reconhecendo a importância dessa variável, a Agenda Nacional de Desenvolvimento definiu a necessidade de se “*ampliar substancialmente a escolaridade média da população brasileira, com ênfase na universalização do acesso e conclusão da educação básica (do infantil ao médio) abrindo possibilidades para a profissionalizante, mediante o estabelecimento de metas anuais progressivas de qualidade do ensino, submetidas a rigoroso processo de avaliação e amplo controle da sociedade*”.

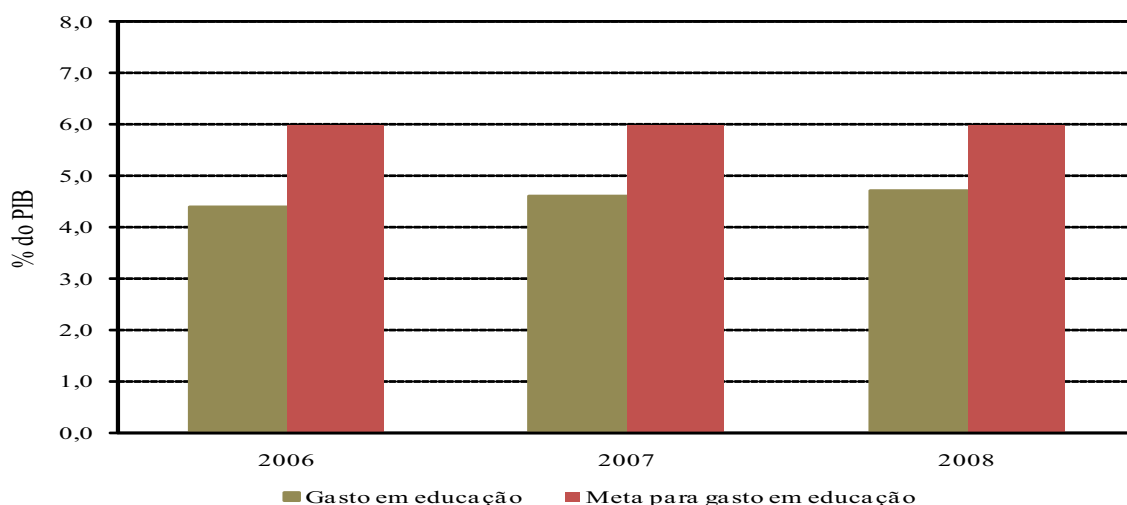
Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento estabeleceram que a melhora na educação do País deve ser acompanhada pelas metas de atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas) e expandir o investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB. Os números reportados na Tabela 9 e ilustrados nos Gráficos 17 e 18 fornecem indicadores que permitem acompanhar as metas.

Tabela 9. Educação

	2006	2007	2008	2009	Fonte
Gasto da União por função educação (% do PIB)	0,73	0,71	0,73	0,90	STN
Gasto público em educação: todos os níveis (% PIB)	4,3	4,5	4,7	5,0	INEP
Meta para gasto em educação (% do PIB)	6,0	6,0	6,0	6,0	EED
Número de Matrículas na Graduação Presencial	4.676.646	4.880.381	5.080.056	-	INEP
Instituições públicas	1.209.304	1.240.968	1.273.965	-	INEP
Instituições privadas	3.467.342	3.639.413	3.806.091	-	INEP
Instituições públicas (% sobre o total)	25,86	25,43	25,08	-	Sedes
Meta para instituições públicas (% sobre o total)	40,0	40,0	40,0	40,0	EED
Instituições privadas (% sobre o total)	74,14	74,57	74,92	-	Sedes

No que se refere ao gasto público em educação em todos os níveis como participação no PIB, observa-se que essa variável aumentou 0,7 ponto percentual entre 2006 e 2009, passando de 4,3% para 5,0% do PIB, aquém da meta definida pelos EED de investir 6% do PIB. Os aumentos observados nessa variável entre 2006 e 2009 devem ser ampliados para permitir o atendimento da meta. Tomando como referência apenas o comportamento do gasto da União por função em educação, observa-se que houve um aumento de 23% em 2009 com relação ao nível de gasto praticado no ano de 2006.

Gráfico 17. Gasto em Educação



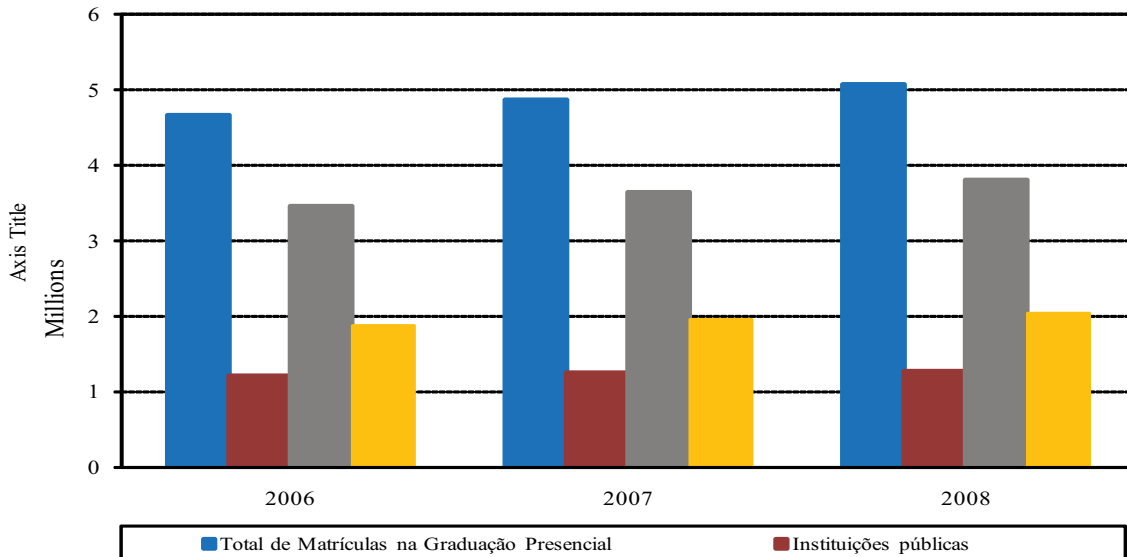
Fonte: INEP/MEC e EED



Quanto à segunda meta, de expandir as matrículas no ensino superior, observou-se um crescimento importante no número de matrículas na graduação presencial. Os dados do Ministério da Educação (MEC) apontam para um crescimento médio de 4,2% ao ano entre 2006 e 2008, último dado disponível sobre essa variável. A participação do ensino público e privado no total de matrículas na graduação presencial mostrou-se estável no período, com as universidades públicas respondendo por 25% do total e as universidades privadas recebendo 75% dos estudantes matriculados. Essa distribuição não alcança a meta traçada pelos EED, de 40% e 60% para as universidades públicas e privadas, respectivamente. É interessante notar que, a partir de 2009, constata-se incremento de matrículas nas universidades públicas em função dos resultados da implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O aumento das matrículas no ensino privado, no entanto, pode ser atribuído, em parte, ao Programa Universidade para Todos (Prouni). Em 2010, o número total de bolsas concedidas, integrais e parciais, foi de 240.411, o que representa um crescimento de 73,4% em relação ao total de bolsas de 2006, que foi de 138.668. Ainda que as matrículas estejam mais concentradas nas universidades privadas, não atingindo a meta estabelecida pelos EED, há um avanço em termos de atendimento parcial da demanda por ensino superior no Brasil. Para alcançar a meta proposta nos EED, o governo deve ampliar ainda mais o ensino público superior, aumentando o número de vagas nas universidades existentes e criando novos estabelecimentos de ensino superior. Programas como o Reuni, devem ser expandidos e executados com mais celeridade em todo o território nacional.

Gráfico 18. Número de Matrículas na Graduação Presencial



Fonte: INEP/MEC e EED

Saúde

A garantia de saúde pública de qualidade e universal representa um direito constitucional e uma preocupação específica da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Nesse sentido, estabeleceu que o Estado brasileiro deve “assegurar, em curto prazo, cobertura universal pelo Programa Saúde da Família, concedendo prioridade à disseminação e acesso aos métodos de planejamento familiar”. O Enunciado Estratégico para o Desenvolvimento editado para balizar essa meta foi “atingir 4,5% do PIB em investimento público na saúde até o ano de 2011”. Os dados que permitem acompanhar essa meta são apresentados na Tabela 10 e ilustrados no Gráfico 19.

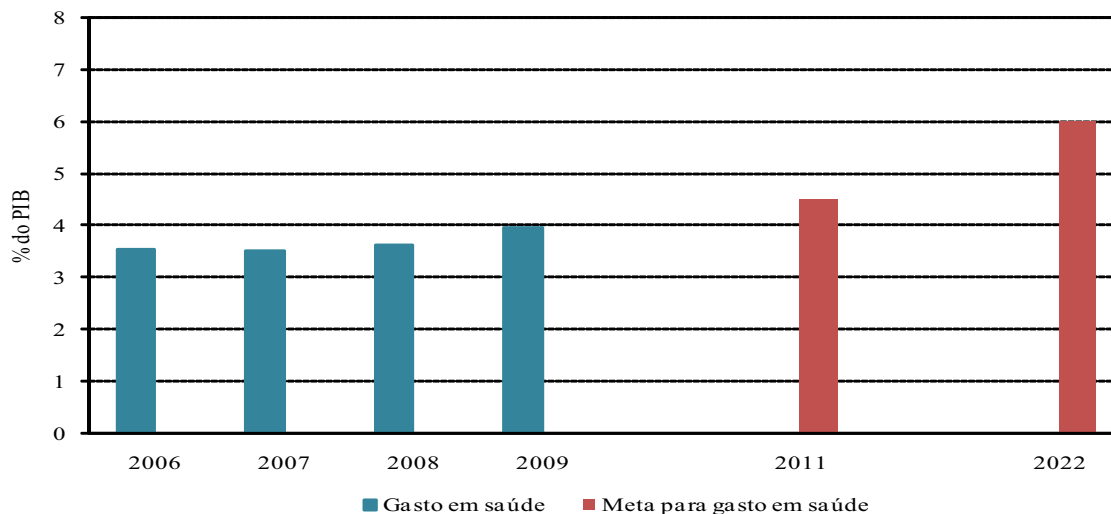
Tabela 10. Saúde

	2006	2007	2008	2009	2011	2022	Fonte
Gasto em saúde (% PIB)	3,55	3,51	3,62	3,96	-	-	SIOPS ^(a)
Meta para gasto em saúde (% PIB)	-	-	-	-	4,5	6,0	EED
Gasto em saúde per capita (US\$)	239.48	283.06	328.40	325.60	-	-	Ipea
Meta para gasto em saúde per capita (US\$)	-	-	-	-	300	300	EED

Nota: (a) Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde do Ministério da Saúde - SIOPS

Entre 2006 e 2009, observa-se um aumento contínuo do gasto em saúde como percentual do PIB. O aumento mais expressivo ocorreu no ano de 2009 em relação a 2008, quando alcançou quase 4% do PIB. Caso seja mantido o crescimento anual médio do período 2006 a 2009, o investimento em saúde será de 4,2% do PIB em 2011. Esse patamar é inferior à meta de investir 4,5% do PIB sugerida pelos EED. Sob esse mesmo prisma, em 2022, estará investindo 5,65% do PIB em saúde, aquém dos 6% estabelecidos pela meta dos EED.

Gráfico 19. Gasto em Saúde



Fonte: SIOPS, IBGE e EED

A Tabela 10 reporta, também, a evolução do gasto *per capita* em saúde medido em dólar⁵. Observa-se um aumento desse gasto *per capita* entre 2006 e 2009, o qual passou de US\$239.48 para US\$325.60, gerando um crescimento acumulado de 35,96%. Nesse caso, a meta definida pelos EED de chegar a 2011 com um gasto *per capita* em saúde de US\$300.00 foi superada no ano de 2008, quando esse gasto foi de US\$328.40. Ainda assim, o nível de gasto *per capita* em saúde realizado pelo Brasil está abaixo de diversos países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso. O desafio que se apresenta é ampliar, diversificar e dar mais qualidade ao dispêndio público em saúde no País.

⁵ O valor do gasto *per capita* em saúde foi obtido pela divisão do gasto público em saúde informado pelo SIOPS pela população total do Brasil e convertido pela taxa de câmbio R\$/US\$.

Salário Mínimo

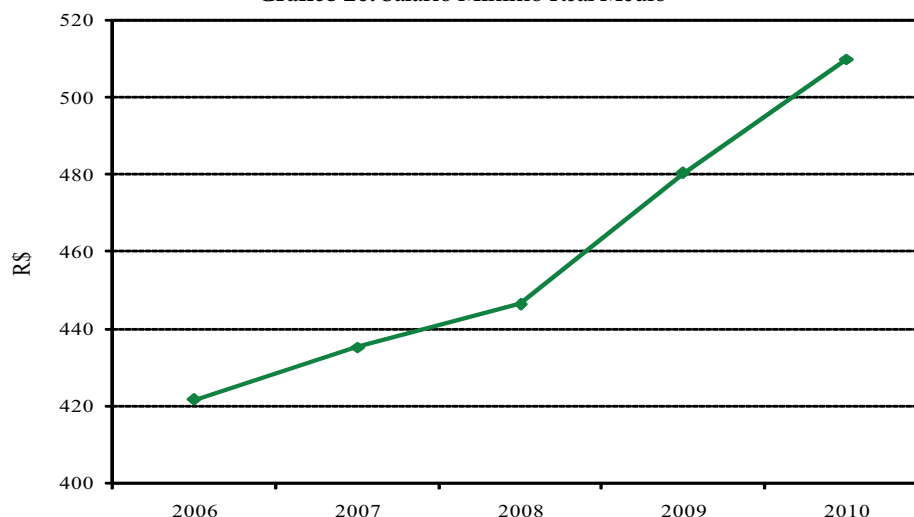
A Agenda Nacional para o Desenvolvimento destacou que, além da busca pelo pleno emprego, “*será um objetivo a ser estimulado e perseguido, pelas forças ativas da economia brasileira, a constituição de acordos para a partilha dos ganhos de produtividade, com vistas a assegurar: o aumento real de salários*”. Nesse sentido, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento estabeleceram a necessidade haver ganhos reais para o salário mínimo: “*esta política deverá proporcionar aumento real do salário mínimo em torno de 150% até 2022 em relação ao patamar real de 2006*”. Os dados mostrados na Tabela 11 e ilustrados no Gráfico 20 permitem aferir essa meta.

Tabela 11. Salário Mínimo Real e sua Variação

	2006	2007	2008	2009	2010	Fonte
Salário mínimo real (R\$)	421,53	435,22	446,38	480,40	510,00 ^(a)	Ipea
Variação sobre t-1 (%)	-	3,25	2,56	7,62	6,16	Sedes

Nota: (a) valor referente ao mês de agosto/2010

Gráfico 20. Salário Mínimo Real Médio



Fonte: Ipea.
Elaboração: Sedes

Inicialmente, deve-se destacar que o salário mínimo médio real passou de R\$421,53 em 2006 para R\$510,00 em 2010, o que representa um ganho real de 21% em relação ao patamar de 2006. O maior crescimento real do salário mínimo ocorreu em 2009, quando aumentou 7,62% em relação ao valor de 2008. Esse desempenho é bastante positivo, especialmente quando se considera que em 2008 e 2009 os principais países do mundo experimentaram queda de produção e aumento do desemprego devido à crise financeira internacional. No Brasil, houve tanto aumento na geração de empregos formais com carteira assinada, conforme visto na seção 2, como incorporação de ganhos reais importantes ao salário mínimo.

Para alcançar a meta definida pelos EED – chegar a 2022 com 150% de ganho real em relação ao valor de 2006 – o salário mínimo real deveria crescer a uma taxa média anual de 5,89%. Contudo, entre os anos de 2006 e 2010, o crescimento médio foi de 4,88% ao ano. Mantido esse desempenho, o salário mínimo real não alcançará a meta proposta pelos EED até o ano de 2022.

Já o salário mínimo nominal aumentou 51,11% entre 2006 e 2010, passando de R\$337,50 para R\$510,00, o que representa um crescimento médio anual de 10,87%. Mantido esse desempenho, o salário mínimo nominal alcançaria 150% de aumento em relação ao patamar de 2006 no ano de 2015, quando seu valor seria R\$854,46.

Outro ponto a ser observado é que a fórmula atual de reajuste do salário mínimo leva em consideração a inflação do último ano, medida pelo INPC, mais o crescimento real médio do PIB de dois anos anteriores. Assim, para que haja aumentos reais de 5,89% ao ano, conforme requerido pela meta de 150% de aumento real do salário mínimo até 2022, o crescimento real do PIB deve manter uma média de quase 6% ao ano (meta de crescimento do PIB prevista pelos EED).

Ciência, Tecnologia e Inovação

O avanço em ciência, tecnologia e inovação representa um dos pilares do desenvolvimento das nações mais prósperas do mundo. Faz-se necessário, em um país ainda em fase de transição para níveis mais avançados de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, contar com o apoio do financiamento público para alavancar a produção nacional de ciência e tecnologia. Essa necessidade foi reconhecida pela Agenda Nacional de Desenvolvimento e respaldada pelos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento por meio de metas específicas para a atuação pública nessa área. Assim, os EED definiram a necessidade de “se aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia no PIB, dos atuais 1,37% para 2,5% nos próximos três anos, quando a participação do setor privado nesta área deverá ser ampliada de 40% para 60%”. Além disso, também definiu que o “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio do Fundo Tecnológico – FUNTEC, aplicará R\$1,0 bilhão/ano para apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País”. A evolução numérica dessas metas pode ser observada na Tabela 12 e visualizada no Gráfico 21.

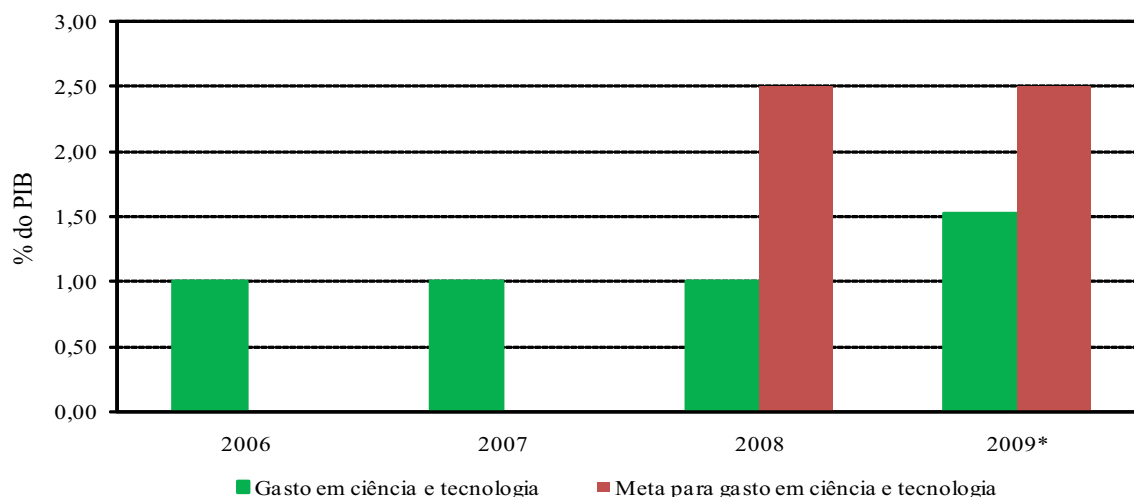
Tabela 12. Gasto em Ciência, Tecnologia e Inovação

	2006	2007	2008	2009	Fonte
Gasto em ciência e tecnologia (% PIB)	1,28	1,38	1,43	1,52*	MCT
Meta para gasto em ciência e tecnologia (% PIB)	-	-	2,5	2,5	EED
Fundo Tecnológico – FUNTEC (R\$ milhões)	-	-	-	23,46	BNDES
Meta de gasto para o FUNTEC (R\$ bilhões)	1,00	1,00	1,00	1,00	EED

Nota: * Projetado com base na taxa média de crescimento entre 2006 e 2008.

Considerando, inicialmente, a evolução do gasto em ciência e tecnologia como proporção do PIB, observa-se que houve um crescimento de 18,75% no período, passando de 1,28% para 1,52% do PIB entre 2006 e 2009. Essa participação, contudo, ainda está abaixo da sugestão dos EED, que definiram uma meta de 2,5% do PIB para aqueles gastos. Apesar de ainda estar abaixo da meta proposta pelos conselheiros do CDES, o gasto em ciência, tecnologia e inovação aumentou sua participação no PIB em todos os anos reportados na Tabela 12. Faz-se necessário, entretanto, intensificar o nível de gasto para que a meta proposta pelos EED seja atingida.

Gráfico 21. Gasto em Ciência e Tecnologia



Fonte: MCT e EED.

* - Projetado

É importante avaliar também a qualidade do gasto. Ou seja, aferir se, paralelamente ao aumento no gasto em ciência e tecnologia como proporção do PIB, está havendo uma maior produção de ciência, tecnologia e inovação. Isto pode ser avaliado, por exemplo, pelo número de registros de patentes, publicações de estudos feitos por



brasileiros nas principais revistas científicas internacionais, número de projetos de pesquisa e de grupos de pesquisa registrados nos órgãos financiadores, entre outros. Um maior incentivo financeiro deve vir acompanhado de maior produção qualificada de conhecimento e inovação.

O Brasil é líder em ciência, tecnologia e inovação na América Latina, mas ainda está distante de países desenvolvidos e até mesmo de alguns emergentes. As publicações científicas brasileiras têm participação de 2,1% na produção mundial, mas o País é responsável por apenas 0,2% das patentes mundiais, como ilustrado pelo Gráfico 22.

Gráfico 22 – Evolução do Registro de Patentes

Variação percentual das patentes concedidas pelo USPTO entre os triênios 2001-2003 e 2004-2006

		Brasil	Índia	China
Patentes concedidas no USPTO (EUA)	Triênio 2001-2003	336	768	1527
	Triênio 2004-2006	304	1228	2373
	Variação período	- 10%	+ 60%	+ 55%

Fontes, Patentes:USPTO, Utility Patents by Country, 2001-2005.
USPTO, elaboração própria da PROTEC, 2006.

Para cumprir a segunda meta, de aplicar R\$1 bilhão ao ano via FUNTEC do BNDES para “*apoiar projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o Brasil*”, ainda é necessário aportar vultosos recursos. Os dados da Tabela 12 revelam que esse fundo começou a operar somente em 2009, com um aporte inicial de R\$23,5 milhões. Esse valor precisa ser aumentado em mais de 40 vezes para chegar à meta definida pelos EED. É um recurso importante, estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico e que deve receber mais investimentos nos próximos anos.

O Brasil implementou, entretanto, outras ações voltadas para melhoria da ciência, tecnologia e inovação. Entre as iniciativas estão: novo marco legal (Lei da Inovação, de Biossegurança e Lei do Bem, por exemplo)⁶, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Os objetivos centrais do PACTI e PDP são superar os desafios de pesquisa e desenvolvimento na busca de aumentos de competitividade, promover a aplicação articulada de incentivos fiscais, regulação e apoio técnico, disponibilizar recursos para todas as etapas do ciclo de inovação e compartilhar metas do setor científico-tecnológico com o setor privado. O atendimento desses objetivos permitirá alcançar um novo estágio na produção de ciência, tecnologia e inovação.

⁶ Lei da Inovação: Lei nº 10.973/2004; Lei de Biossegurança: Lei nº 11.105/2005; e Lei do Bem: Lei nº 11.196/2005.

Infraestrutura Urbana e Social

Um dos principais gargalos enfrentados atualmente pelo Brasil está relacionado ao comprometimento da mobilidade urbana, cobertura insuficiente de saneamento básico e déficit habitacional. O desafio que se apresenta é desenvolver essas três áreas de forma integrada. Essa questão foi reconhecida como primordial e recebeu atenção especial da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Nesse sentido, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento definiram metas específicas para o gasto público em cada uma das três áreas. A Tabela 13 reporta os gastos em urbanismo, saneamento e habitação oriundos do 10º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Gráfico 23 ilustra a evolução dos gastos até 2010 e previsões para o pós-2010.

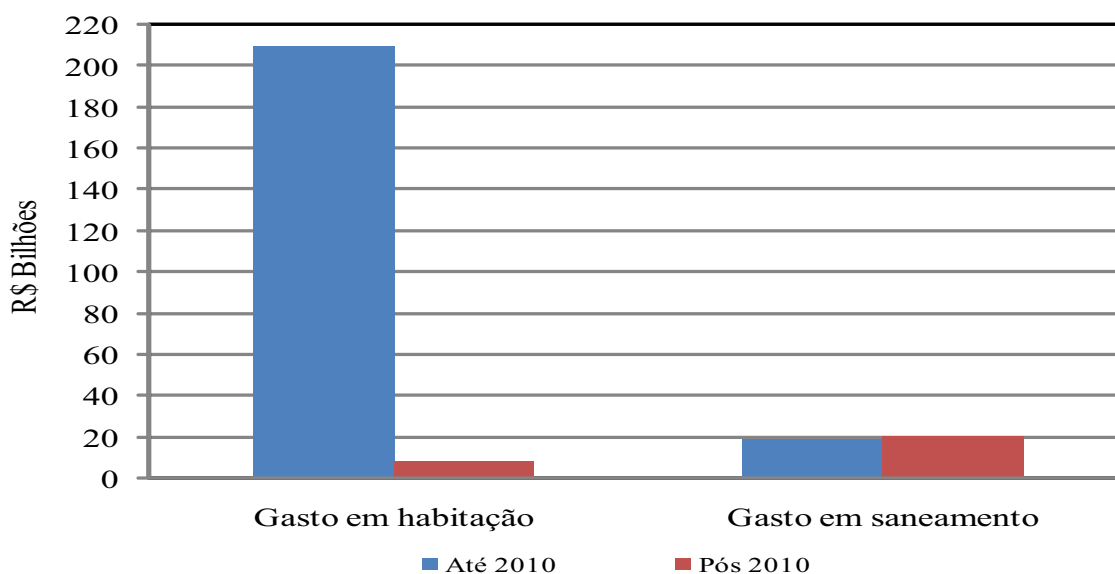
Tabela 13. Urbanismo, Saneamento e Habitação: 10º balanço do PAC (em R\$ mi)

	Até 2010	Pós 2010
Habitação	209.586,60 ¹	8.521,80
Luz para Todos	13.823,55	-
Metrô	4.579,78	745,92
Saneamento	19.087,00	20.367,20

Nota: ¹Inclui Financiamentos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Pessoas Físicas

Para a mobilidade urbana, os EED estabeleceram como meta “*implantar o Programa de Mobilidade Urbana para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não motorizada no montante anual em torno de R\$2 bilhões durante 10 anos*”. A desagregação realizada pelo 10º balanço do PAC não permite, contudo, aferir qual fração do gasto total destina-se ao Programa de Mobilidade Urbana, foco da meta EED.

Gráfico 23. Gasto em Habitação e Saneamento



Fonte: PAC -10º balanço

A ampliação do saneamento básico também representou uma meta específica para os EED. Nessa questão, definiu-se que é preciso “*universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Para isso serão necessários investimentos de R\$180 bilhões, público e privado, ao longo de 20 anos*”. O desempenho em relação a essa meta ficou aquém do esperado. O gasto médio de R\$9 bilhões ao ano nos próximos 20 anos ainda não foi alcançado, mas tende a aumentar. Recentemente, os dados do 10º balanço do PAC revelaram que, até 2010, já foram aplicados R\$19 bilhões em saneamento. Para o período pós 2010 estão previstos gastos de R\$20,4 bilhões.



O déficit habitacional, que atinge em especial as classes de renda mais baixa, também foi considerado pela Agenda Nacional de Desenvolvimento. Os EED estabeleceram como meta “investir o equivalente a R\$2,5 bilhões por ano, para equacionar o déficit habitacional (favelas e domicílios rústicos), especialmente em ações de urbanização integral de favelas nas regiões metropolitanas onde se concentram mais de 80% dos assentamentos precários e informais”.

Até 2010, os dados do 10º balanço do PAC informam gastos de R\$209,6 bilhões em habitação. Nesse valor estão incluídos, entretanto, financiamentos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e de pessoas físicas, que respondem por R\$157,9 bilhões; e investimentos selecionados, com montante de R\$19,3 bilhões. Desse modo, considerando apenas os investimentos selecionados do PAC, o investimento médio em habitação (aproximadamente R\$4,8 bilhões por ano entre 2007 e 2010) é superior ao valor sugerido pelos EED.

Para o período após 2010, as previsões de gasto com habitação são de R\$8,5 bilhões. Pode-se concluir que, entre 2006 e 2009, houve uma tentativa vigorosa de redução do déficit habitacional e melhoria das condições de habitação no Brasil. Recentemente, com a edição do Programa Minha Casa Minha Vida, essa questão pôde receber um tratamento diferenciado. Em 2009, a Caixa Econômica Federal (CEF) concedeu R\$47 bilhões para o financiamento imobiliário. Até junho de 2010, a CEF já disponibilizou R\$33,7 bilhões, valor 95,1% maior quando comparado ao mesmo período de 2009. Desse total, cerca de R\$16,5 bilhões, o que corresponde a quase 50% do total disponibilizado, foram direcionados para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa expansão do Programa vem ao encontro do equacionamento do déficit habitacional indicado pela meta dos EED.

Gráfico 24. Evolução da Contratação Habitacional da Caixa Econômica Federal



Segurança Pública e Sistema Judiciário

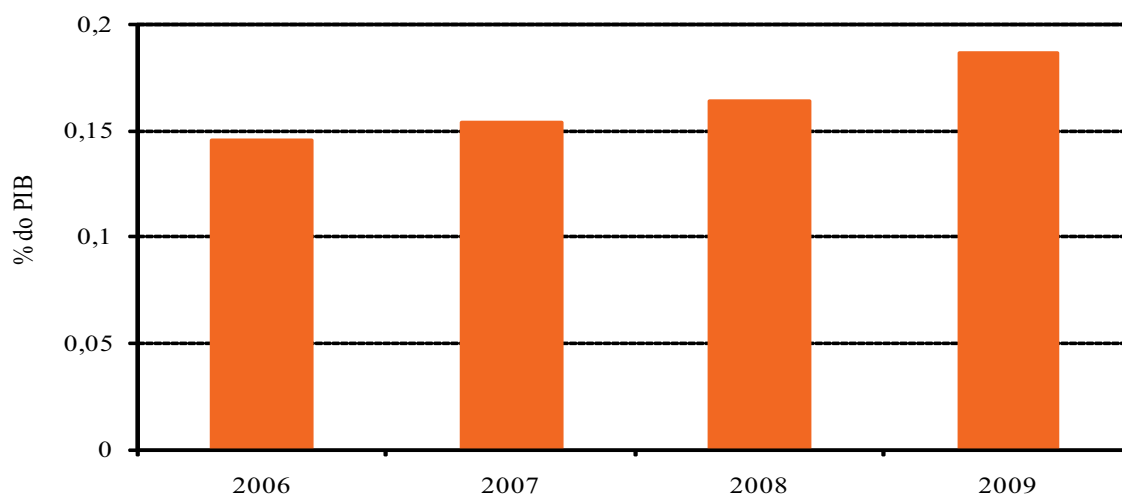
Segurança pública, principalmente nas grandes metrópoles, é um dos temas que mais afligem a população brasileira. A Agenda Nacional de Desenvolvimento reconhece, como objetivo primordial, que “a segurança pública e a paz social devem estar instauradas, a justiça deve ser democrática, o Estado deve regular e fiscalizar a contento”. Medidas correlatas a esse objetivo mais amplo foram definidas pelos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. A Tabela 14 reporta o desempenho recente de algumas variáveis relacionadas à segurança pública e ao sistema judiciário contempladas pelos EED. Na sequência, os Gráficos 25, 26 e 27 ilustram a evolução de algumas dessas variáveis.

Tabela 14. Segurança Pública

	2006	2007	2008	2009	2011	Fonte
Gasto em segurança pública (R\$ bi)	3,45	4,09	4,93	5,86	-	STN
Gasto em segurança pública (% do PIB)	0,15	0,15	0,16	0,19	-	STN
População penitenciária	401.236	422.590	451.219	473.626	-	M. Justiça
Vagas no sistema penitenciário	236.148	249.515	294.684	296.428	-	M. Justiça
Deficit de vagas no sistema penitenciário	165.088	173.075	156.535	177.198	-	M. Justiça
Vagas geradas no sistema penitenciário	-	13.367	45.169	1.744	-	M. Justiça
Meta para geração de vagas peninteciárias	-	-	-	-	41.600	EED
Total de estabelecimentos penais	-	1.701	1.735	1.806	-	M. Justiça

Os EED preconizaram a necessidade de se garantir o patamar mínimo de investimento no setor de R\$1,5 bilhão ao ano. O gasto total da União, de acordo com a desagregação de despesa por função, superou essa meta ao longo de todo o período. Mesmo como proporção do PIB, o gasto público em segurança pública vem aumentando nos últimos anos, passando de 0,15% em 2006 para 0,19% do PIB em 2009. Isso, contudo, não garante a solução do problema, que envolve aspectos econômicos, sociais e institucionais mais complexos.

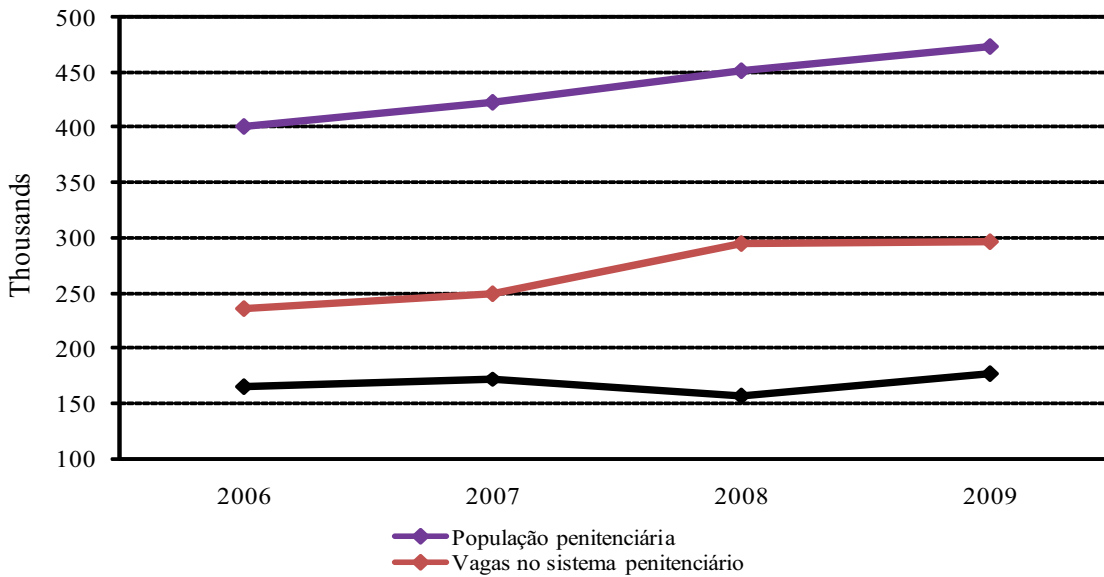
Gráfico 25. Gasto em Segurança Pública



Fonte: Sedes a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional.



Gráfico 26. Vagas no Sistema Penitenciário

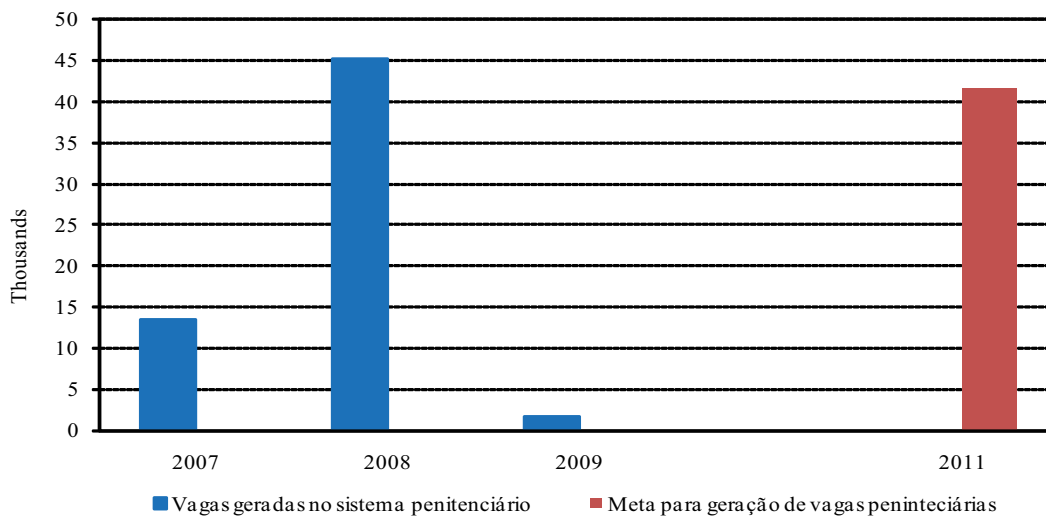


Fonte: Min. Justiça e EED.

Devido à grande população carcerária brasileira, a geração de vagas no sistema prisional foi uma das metas traçadas pelos EED ao reconhecer a necessidade de “reduzir o déficit de vagas e construir novos estabelecimentos penais para a geração de 41.600 vagas”. A população penitenciária cresceu em 72.390 pessoas entre 2006 e 2009, o que representa uma variação positiva de 18,04%. No mesmo período, foram geradas 60.280 novas vagas no sistema penitenciário, como mostra o Gráfico 26. A meta EED de gerar 41.600 novas vagas no sistema penitenciário até 2011 também foi, portanto, alcançada antes do previsto.

O déficit de vagas, entretanto, foi aumentado em 12.100 vagas entre 2006 e 2009, conforme ilustrado pelo Gráfico 27. Desse modo, faz-se necessário rever o funcionamento do sistema, tornando a justiça mais célere, separando os condenados por tipos de crimes praticados e, quando possível, adotando mecanismos de imposição de penas alternativas. O primeiro passo nessa direção deve ser dado com o equacionamento do déficit de vagas no sistema prisional brasileiro.

Gráfico 27. Vagas Geradas no Sistema Penitenciário



Fonte: Min. Justiça e EED.



Governança Estratégica

A Agenda Nacional de Desenvolvimento propõe que “o aparato estatal opere eficiente e eficazmente, o pacto federativo funcione sem conflitos, haja equilíbrio entre regiões e os recursos naturais sejam manejados de forma sustentável”. Esse objetivo pode ser acompanhado por meio da evolução recente de medidas voltadas para a governança participativa editadas nas três esferas de governo.

O modelo de governança adotado visa, primordialmente, equilibrar as forças provenientes do Estado, da sociedade civil e do mercado, tendo como desafio incluir a participação da sociedade na busca do desenvolvimento nacional. Houve diversificação de instâncias de participação social, avançando em direção à concepção de democracia deliberativa e abertura de áreas da administração pública resistentes à participação social.

A evolução da participação social na governança brasileira recente pode ser observada por meio de alguns indicadores. Entre 2003 e 2010, foram criados 19 Conselhos Nacionais – entre eles o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – e houve reformulação de outros 17 Conselhos Nacionais. Criou-se, ainda, o Fórum Governamental de Participação Social.

Entre os anos de 2003 e 2009, 34 temas relacionados à cidadania brasileira foram submetidos ao processo conferencial, dos quais 22 pela primeira vez. Houve a realização de 55 conferências nacionais, cerca de 700 conferências estaduais e aproximadamente 15 mil conferências municipais, as quais contaram com a participação de mais de 3,5 milhões de brasileiros de distintos estratos sociais. Quanto à produção, houve cerca de 5.000 deliberações públicas, muitas incorporadas ao desenho de políticas públicas setoriais⁷.

Atualmente, há no Brasil cerca de 100 instâncias de articulação e debate com diversas finalidades. Algumas, como o Conselho Nacional de Saúde, possuem caráter deliberativo até sobre o orçamento. A participação social em cada uma delas é plural, contando com movimentos sociais, academia, empregadores e trabalhadores que acompanham e controlam as políticas públicas.

As políticas sociais intensificadas no Brasil recentemente também se inserem no contexto da Governança Estratégica. Políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, por exemplo, contribuíram para a expansão do mercado de consumo de massa na economia brasileira. Nesse sentido, há uma tendência de transformar políticas sociais em políticas de Estado. A manutenção e expansão do conjunto de políticas sociais favorecem a redução das desigualdades sociais e a promoção da equidade entre as regiões brasileiras.

Deve ser notado que as políticas sociais visam, também, promover o acesso a serviços básicos de qualidade. Há a necessidade, então, de universalizar e qualificar os serviços públicos prestados à população. Os servidores públicos desempenham um papel importante nesse processo, pois são os responsáveis por fazer o serviço chegar até a população. Nos últimos anos, houve um crescimento na demanda dos brasileiros por carreiras do serviço público. O respeito ao princípio do concurso público permitiu que houvesse um aumento na qualificação média dos servidores aferida pelo nível médio de escolaridade e, por conseguinte, uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à população.

Em Governança Estratégica também se inserem desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Dados mais recentes sobre o desmatamento da floresta amazônica divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam redução de 30% em relação ao período anterior, o que representa o menor nível de desmatamento desde o início do monitoramento em 1988. Esse desempenho permitiu ao governo projetar que irá atingir a meta de redução do desmatamento da Amazônia em 80% até o ano de 2016, antecipando em 4 anos o compromisso assumido durante a COP-15. Essa queda no índice de desmatamento convive com um período de crescimento acelerado da economia brasileira, indicando que o País caminha na direção de um desenvolvimento sustentável e com preservação ambiental.

⁷ De acordo com dados da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República e do IPEA.



Observações Finais

Esse trabalho teve como objetivo realizar o monitoramento do desempenho da economia brasileira e de diversas políticas públicas no período recente (2006 a 2010), a partir das recomendações feitas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, presentes nos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED). As metas definidas pelos Enunciados Estratégicos foram analisadas considerando a evolução observada das respectivas variáveis.

A análise mostra que o Brasil apresentou desempenho satisfatório em alguns indicadores, superando algumas das metas sugeridas pelos EED; já outros indicadores necessitam de um acompanhamento mais cuidadoso. Os melhores desempenhos foram decorrentes das variáveis macroeconômicas, do sistema financeiro nacional, das pequenas e médias empresas, da desigualdade social e da governança estratégica. O destaque positivo se refere ao crescimento econômico com redução da desigualdade social alcançado pelo Brasil no período recente. A geração de emprego também está entre as variáveis que mais se destacaram, mesmo diante do cenário externo desfavorável decorrente da crise financeira internacional.

Por outro lado, alguns indicadores apresentaram, no âmbito dos EED, desempenho mediano, com evolução aquém do esperado para o período. Enquadram-se, por exemplo: comércio exterior; desenvolvimento regional; e ciência, tecnologia e inovação. Faz-se necessário, desse modo, adotar novas medidas ou incrementar as existentes para melhorar o desempenho desses indicadores de forma a garantir que as metas dos EED sejam alcançadas.

Por fim, há um grupo de indicadores que necessita de acompanhamento rigoroso. Nessa situação se enquadram política tributária; infraestrutura econômica; reforma agrária; educação; saúde; infraestrutura urbana e social; segurança pública e sistema judiciário. As deficiências apresentadas por esses indicadores precisam ser superadas sob pena de atrasar o processo de análise do desenvolvimento econômico e social em curso no Brasil.

Considerando o novo patamar de desenvolvimento em que o País se encontra, o CDES – com base no diálogo entre diferentes atores sociais e do trabalho coletivo – sistematizou a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), a partir dos debates realizados, em 2008 e 2009 em torno da crise econômica internacional nos quais foram apontados fundamentos responsáveis por sustentar o bom desempenho dos indicadores econômicos e sociais brasileiros, mesmo frente à conjuntura adversa.

Os principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil foram identificados pela ANC, a qual aponta nove eixos propositivos: i) os novos horizontes da educação; ii) desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; iii) transição para a economia do conhecimento; iv) trabalho decente e inclusão produtiva; v) padrão de produção para o novo ciclo do desenvolvimento; vi) potencial da agricultura; vii) papel da infraestrutura: transporte, energia, comunicação, água e saneamento; viii) sustentabilidade; e ix) consolidação e ampliação das políticas sociais. Como eixos prioritários e estruturantes, os conselheiros e conselheiras do CDES elegeram a educação e a transição para a economia do conhecimento.



Referências Bibliográficas

Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. **A Participação Social no Governo Federal**. Secretaria Nacional de Articulação Social. Setembro de 2010.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND**. Brasília: 2010.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação no 3**. Brasília: 2009.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Dimensão Participativa e Equidade Social**. Terceira Reunião da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Européia. Setembro de 2010.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional – Relatório de Observação nº 1**. Brasília: 2009.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Debate sobre Desenvolvimento no CDES – Documento Síntese**. Brasília: 2010.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento**. Brasília: 2009.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Trajectoria do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional**. Brasília: 2009.

Brasil. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. 8ª Edição, 136 p. Agosto/setembro de 2010.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário, 2006**. Brasília: 2006.

D'Araujo, M. C. *“A Elite Dirigente do Governo Lula”*. (2009). Rio de Janeiro: CPDOC, 296 p.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. *Colóquio Inovação Tecnológica e Desenvolvimento*. Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/evento/4701/gt-ciencia-tecnologia-e-inovacao-coloquio-inovacao-tecnologica-e-desenvolvimento.html>. Acesso em 10 nov. 2010.

Néri, M.C (Coord). **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

Anexo



Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento



“Meus companheiros e minhas companheiras, Nós temos um projeto de nação que tem por base o desenvolvimento com inclusão social, o aprofundamento e melhoria das práticas democráticas e a inserção soberana do Brasil no mundo. Por isso, além das amplas reformas econômicas e sociais que estamos promovendo, temos um compromisso profundo com a reforma política. Não me canso de repetir e vou repetir aqui, a crise ética que se abateu sobre o País é a crise do sistema político em sua inteireza, e não apenas de algumas pessoas ou de alguns partidos. Por isso, é fundamental uma reforma política bem desenhada, que supere o atraso e as condutas inadequadas nesse campo. Não podemos investir indefinidamente no conflito político. As instituições brasileiras estão maduras para tratar com serenidade as questões mais sensíveis da organização da sociedade e do Estado brasileiro. A Justiça, com sua força e seu equilíbrio, saberá lidar com as tantas demandas que este período levantou. Mas nós temos que ter uma dedicação toda especial com o aperfeiçoamento das instituições e, por isso, a reforma política é inadiável.”

(Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)



Composição do CDES (2007/2009)

Presidente da República – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Vice-Presidente da República – **José Alencar Gomes da Silva**

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais – **Tarso Genro**

Conselheiros Titulares – Sociedade Civil

Abílio dos Santos Diniz – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar

Adilson Ventura – Membro da União Brasileira de Cegos – UBC

Alceu Nieckarz – Bispo Evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus

Altemir Antônio Tortelli – Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT

Amarílio Proença de Macêdo – Presidente da J. Macêdo S/A

Antoninho Marmo Trevisan – Presidente da BDO Trevisan Auditores, Trevisan Consultores e Trevisan Escola de Negócios

Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB

Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT

Avelino Ganzer – Presidente da Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará

Benjamin Steinbruch – Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN

Carlos Jereissati Filho – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE

Cláudio Soares de Oliveira Ferreira – Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Daniel Feffer – Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding

Dom Luiz Demétrio Valentini – Presidente da Cáritas Brasileira – CNBB

Dráuzio Varella – Médico, articulista e autor de livros

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira – Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN

Eugênio Emílio Staub – Presidente da Gradiente

Fábio Colletti Barbosa – Presidente do Banco ABN AMRO Real S.A.

Fernando Roberto Moreira Salles – Diretor Geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM; Presidente do Instituto Moreira Salles

Fernando Xavier Ferreira – Presidente do Grupo Telefônica do Brasil

Frank Algot Eugen Svensson – Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB

Gabriel Jorge Ferreira – Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF

Gisela Gorovitz – 1ª Coordenadora da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES

Glaci Therezinha Zancan – Ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Gustavo Carlos Marin Garat – Presidente do Citigroup Brasil

Gustavo Lemos Petta – Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE

Horácio Lafer Piva – Membro do Conselho de Administração da Klabin S.ª e Presidente do Conselho da Semco

Ivo Rosset – Presidente da Valisère, Cia Marítima, Água Doce

Jabes Guedes de Alencar – Pastor Evangélico da Assembléia de Deus

João Bosco Borba – Presidente da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros – ANCEABRA

João Carlos Gonçalves “Juruna” – Secretário Geral da Força Sindical

João de Deus Duarte Rocha – Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

João Elisio Ferraz de Campos – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - Fenaseg

João Felício – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT

João Resende Lima – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP

João Vaccari Neto – Presidente do Sindicato dos Bancários São Paulo

Joênia Batista Carvalho – Assessora Jurídica do Conselho Indígena de Roraima

Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente do Grupo Gerdau

Jorge Nazareno Rodrigues – Presidente do Sindicato Metalúrgicos Osasco

José Antônio Moroni – colegiado de gestão do INESC e diretor de relações institucionais da ABONG

José Calixto Ramos – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI

José Carlos Costa Marques Bumlai – Empresário e Pecuarista

José Carlos de Souza Braga – Professor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

José Luis Cutrale – Presidente da Sucocítrico Cutrale

José Mendo Mizael de Souza – Presidente da J. Mendo, Consultoria Empresarial em Mineração

Joseph Couri – Presidente da Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Indústrias – ASSIMPI

Juçara Maria Dutra Vieira – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE

Júlio Barbosa de Aquino – Coordenador Regional do Conselho Nacional de Seringueiros

Laerte Teixeira da Costa – Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT

Lucélia Santos – Atriz de Teatro, Cinema e Televisão

Luiz Aimerê Soares de Freitas – Professor universitário, articulista e Presidente do IAF – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia

Luiz Carlos Delben Leite – Presidente da Fort Knox

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo – Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e articulista

Luiz Gonzaga Schroeder Lessa – General-de-Exército do Exército Brasileiro



Luiz Otávio Gomes – Presidente do IDEB – Instituto de Desenvolvimento Empresarial Brasileiro
Lutfala Bitar – Presidente da Estacon Engenharia
Manoel José dos Santos – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
Márcio Artur Cypriano – Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, Presidente do Bradesco
Márcio Lopes de Freitas – Presidente Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
Maria Victoria Benevides – Professora da Universidade de São Paulo – USP
Maurílio Biagi Filho – Presidente da Maubisa Agricultura Ltda, Presidente da Usina Moema, Conselheiro da Única – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, Conselheiro da ABDIB – Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base
Miguel João Jorge Filho – Vice-Presidente do Banco Santander
Milu Villela – Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM
Naomar Monteiro de Almeida Filho – Reitor da Universidade Federal da Bahia
Nilson do Amaral Fanini – Pastor Evangélico da Aliança Batista Mundial
Oded Grajew – Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Omiton Visconde Júnior – Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA
Paulo Antônio Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Diretor Regional do Sesi-SP, Presidente do Conselho Regional do SENAI-SP, Presidente do Instituto Roberto Simonsen – IRS, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP
Paulo Roberto de Freitas “Bebeto” – Presidente do Clube de Regatas Botafogo
Paulo Roberto de Godoy Pereira – Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – ABDIB
Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo – Advogado, Jornalista, Membro do Fórum Pela Ética na Política do Amazonas
Paulo Safady Simão – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC
Paulo Vellinho – Presidente do Conselho da Avipal S/A Avicultura e Agropecuária, membro da Associação Gaúcha de Avicultura
Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira – Assessor da CNBB para as Comunidades Eclesiais de Base
Raymundo Magliano Filho – Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa
Ricardo Young Silva – Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rinaldo Campos Soares – Presidente da Usiminas
Roberto Egydio Setúbal – Presidente do Banco Itaú
Robson Braga de Andrade – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Rodrigo Costa da Rocha Loures – Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Diretor Superintendente da Nutrimental
Rodrigo Tolentino Carvalho Collaço – Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB
Rogelio Golfarb – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
Roger Agnelli – Presidente da Companhia Vale do Rio Doce
Sérgio Haddad – Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG
Sônia Maria Fleury Teixeira – Professora da EBAPE da Fundação Getúlio Vargas
Tânia Bacelar de Araújo – Professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Viviane Senna Lalli – Presidente do Instituto Ayrtton Senna
Waldemar Verdi Junior – Vice Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE
Zilda Arns Neumann – Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Conselheiros Titulares – Governo

Ministro Celso Amorim – Ministro das Relações Exteriores
 Ministra Dilma Rousseff – Ministra-Chefe da Casa Civil
 Ministro Guido Mantega – Ministro da Fazenda
 Ministro Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central
 Ministro Jorge Félix, Gen. – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
 Ministro Luiz Dulci – Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
 Ministro Luiz Fernando Furlan – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 Ministro Luiz Marinho – Ministro do Trabalho e Emprego
 Ministra Marina Silva – Ministra do Meio Ambiente
 Ministro Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social
 Ministro Paulo Bernardo – Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
 Ministro Tarso Genro – Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais



Prefácio

A elaboração dos enunciados estratégicos é uma oferta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para o Estado e para a sociedade civil de diretrizes estratégicas de planejamento. Essas diretrizes poderão ser apropriadas por qualquer governo, partido ou presidente. Por ser uma produção para o Estado, só pode ser apresentada em um nível em que os consensos sejam efetivamente majoritários, tratando de temas que possam criar condições políticas para uma concertação estratégica para o País.

Esta metodologia é a chave de um processo político mais amplo, que visualiza o próximo período de quatro, oito, 12 anos como o período chave para o desenvolvimento do processo político brasileiro, para o seu desenvolvimento econômico e social sustentado e algumas políticas concertadas que, inclusive, possam alargar a base política de sustentação do próximo governo e dar sustentabilidade para um conjunto de reformas tão necessárias ao Brasil.

A avaliação que colhemos ao longo desta experiência no Conselho, pelos documentos publicados, análises feitas, debates travados e pelas crises que o próprio Conselho enfrentou nos faz crer que é possível concertar um conjunto de diretrizes a serem apreciadas pelo Estado. Nesse Conselho temos uma enorme pluralidade de classes sociais, orientações políticas, visões programáticas e opções de natureza partidária. Mas, não há dúvida de que neste Conselho está a elite sócio-política do País. Aqui está representada grande parte das pessoas com capacidade de elaboração, de gestão, de representação, de gerenciamento público e privado, que, em última análise, constitui uma gama enorme de cidadãos e cidadãs da sociedade brasileira de todos os grupos e classes sociais.

Entendemos que é possível fazer este trabalho, ficando claro que não está se determinando para o Conselho quais são suas posições, e sim colocando na cena pública um conjunto de elaborações que podemos oferecer como decorrência desses primeiros quatro anos de existência do Conselho. Acreditamos que este é um documento precioso para o futuro democrático do País.

Hoje, não há mais nenhuma dúvida que a sociedade brasileira quer dialogar. A experiência do CDES nesse período demonstra que existe grande capacidade de diálogo em toda a sociedade brasileira, a qual tem convicções que podem ser antagônicas, mas é possível elaborar um projeto de concertação estratégica para o nosso desenvolvimento. E aqui uma particularidade deve ser ressaltada: concertação estratégica requer partidos políticos fortes, com identidade. Concertação estratégica requer, portanto, uma reforma política. E é por este motivo que na abertura dos enunciados está indicado que essa deve ser a reforma preliminar.

É preciso que, neste período que se inicia com um novo governo, tenhamos a possibilidade de uma concertação no âmbito das relações políticas, formando um bloco político social majoritário para dar sustentação a um conjunto de reformas necessárias para que o Brasil siga em direção ao desenvolvimento com distribuição de renda.

Esperamos que esta produção do Conselho seja apropriada pela sociedade e pelo Estado brasileiro. A experiência de quatro anos do CDES é revolucionária na democracia brasileira. Cria uma estrutura de poder, de opinião, de convencimento e de caráter consultivo fora do controle do Estado e traz para dentro do Estado, de maneira regulada, todos os conflitos que estão na sociedade. Esta é a importância fundamental do Conselho.

Tarso Genro

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

“Eu acho que não devemos nos conformar com crescimento abaixo de 6%, é para buscar 7%. Isso é uma responsabilidade política social do empresário, dos políticos, dos acadêmicos, dos líderes sindicais, nós juntos que estamos aqui representados. Tem que haver uma inconformidade absoluta nossa porque aceitar um crescimento nos níveis do que aconteceu nos últimos 20 anos é uma irresponsabilidade social coletiva da elite brasileira.”

(Conselheiro Jorge Gerdau Johannpeter, 19ª Reunião do Pleno do CDES)

“Agenda e o enunciado trazem para a questão da desigualdade uma prioridade central e o ponto a partir do qual nós devemos olhar o desenvolvimento. Para isso é necessário uma visão rigorosa do Estado e do governo e a Agenda e os Enunciados apontam que a equidade deve ser um critério e um princípio a presidir todas as políticas públicas. E para isso, as metas precisam ser acompanhadas regularmente com um amplo controle social e uma ação vigorosa de governo e da sociedade no sentido de buscarmos a ação distributiva que garanta, com crescimento, a diminuição gradativa e acelerada das desigualdades.

(Conselheiro Clemente Ganz Lúcio, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“Nós precisamos de muito mais velocidade, nós precisamos ser mais ambiciosos nas nossas propostas. Temos que fazer o Brasil crescer e rápido e com todos nós arregaçando as mangas e partindo para o trabalho para realizarmos o Brasil que nós sonhamos. Mas não é o Brasil que nunca termina. Tem que ser um sonho que nós possamos realizar dentro de um prazo mais curto, onde a gente possa dar mais um pouco de dignidade, de esperança para o povo brasileiro.”

(Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“Queria destacar que quando a gente fala de desenvolvimento não se pode esquecer que essa palavra nem sempre está ligada à questão do crescimento meramente econômico, mas também à questão social. Pegando, por exemplo, uma floresta conservada e todo aspecto envolvendo os povos que habitam essa floresta e considerando o termo desenvolvimento, na Amazônia, na região Norte, quero lembrar que a maior parte das terras indígenas estão concentradas nessa região, 98,73% das terras indígenas do Brasil estão localizadas aqui na região Amazônica. Isso significa a grande riqueza da biodiversidade que está concentrada dentro das terras indígenas, mas também a riqueza cultural, que é justamente a que aponta a linha estratégica que foi discutida na Agenda Nacional que é o respeito à diversidade cultural.”

(Conselheira Joênia Batista de Carvalho, V Reunião Regional, Belém)

“É preciso olhar o futuro como desafiador, mas sem olhar muito para as limitações, porque senão o plano fica sem sonhos e um plano sem sonhos acaba não sendo um plano.”

(Conselheiro Antoninho Marmo Trevisan - II Reunião Regional, Porto Alegre)

“O documento divulgado aqui que será objeto de análise, de detalhamento nos próximos meses reflete de maneira sucinta, clara e madura a opinião de conselheiros e conselheiras do CDES, gestores públicos, de especialistas sobre o Brasil de hoje. Estamos falando dos avanços alcançados nos últimos anos, mas também dos obstáculos encontrados pelo caminho. Mais do que isso, esse documento propõe de maneira até ousada o cumprimento de metas nos próximos dezesseis, vinte anos, que, se realizadas, colocarão o Brasil em posição muito próxima ao dos países desenvolvidos.”

(Conselheiro Paulo Safady Simão, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“Acho que o Estado brasileiro está precisando – fica aqui uma idéia que pode ser incorporada também na proposta – é de uma abertura à sociedade civil nos seus vários espaços de poder que são definidores de políticas públicas. Uma maior presença da sociedade civil é fundamental, a exemplo desse Conselho, porque com a participação da sociedade civil nos conselhos de Estado ou nos espaços decisórios do mesmo – com representatividade regional, representatividade de classes, de categorias, e assim por diante – poder-se-ia incrementar uma cultura Republicana progressivamente. Através desse exercício coletivo nós podemos avançar na superação de uma mentalidade que coloca ora o interesse do partido, ora o interesse do grupo econômico, ora o interesse da empresa acima da nação. Nós precisamos mudar a cultura política do Brasil.”

(Conselheiro Alex Fiúza de Melo, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“A educação é, fundamentalmente, um direito do cidadão e, nesse sentido, um passo decisivo no desenvolvimento social de qualquer sociedade. Mas, mais do que isso, ela é investimento em capital humano e, como tal, dever ser considerada investimento estratégico, no sentido que pode mudar o comportamento de toda a sociedade. Sendo assim, é condição fundamental e determinante para o desenvolvimento econômico sustentável do País. Além disso, a educação implica aumento da escolaridade dos trabalhadores, em conseqüência, é o principal instrumento de aumento de produtividade da economia.”

(Conselheiro Fernando Xavier, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)



O Processo de Elaboração dos Enunciados

Nos seus três primeiros anos de existência o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) obteve reconhecimento público pela produção de documentos e sugestões para o Governo, o Estado e a nação brasileira. Começou sua trajetória com a produção de seis Cartas de Concertação entre fevereiro de 2003 e março de 2004, as quais deram subsídios expressivos para o conteúdo das reformas fiscal e da previdência no primeiro ano do governo. Posteriormente, iniciou o trabalho de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), concluída em agosto de 2005. A AND consolida e sintetiza um conjunto de diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater as situações que nos impedem de sermos o País que gostaríamos.

Em abril de 2006, o CDES foi desafiado a produzir enunciados para o desenvolvimento, ou seja, um elenco de diretrizes operacionais com metas físicas e até financeiras, que, na sua totalidade, pudessem apontar de forma concreta para a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis a partir de 2007, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022. O ciclo de formulação dos Enunciados para o Desenvolvimento envolveu a realização de cinco reuniões regionais no período de abril a maio de 2006 e três Reuniões Plenárias nos meses de maio, junho e agosto de 2006, conforme segue:

REUNIÃO	LOCAL	DATA
Regional 1 - Sudeste	FIESP - São Paulo	27 de abril de 2006
Regional 2 - Sul	Caixa Econômica Federal - Porto Alegre	05 de maio de 2006
Regional 3 - Nordeste	FIEC - Fortaleza	16 de maio de 2006
Regional 4 - Centro-Oeste	Centro de Treinamento do Banco do Brasil - Brasília	18 de maio de 2006
Regional 5 - Norte	Banco da Amazônia - Belém	30 de maio de 2006
17ª Plenária do CDES	Palácio do Planalto - Brasília	10 de maio de 2006
18ª Plenária do CDES	BNDES - Rio de Janeiro	29 de junho de 2006
19ª Plenária do CDES	Palácio do Planalto - Brasília	24 de agosto de 2006

Nas reuniões regionais os conselheiros aprofundaram e pactuaram idéias, percepções e concepções sobre o que seriam os enunciados. Referenciados nesse marco metodológico, iniciaram o processo de formulação de propostas concretas sobre os caminhos do desenvolvimento do Brasil, abrangendo uma variada gama de temas que apontam para a aceleração do crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades.

Nessa caminhada coletiva, os membros do CDES contaram com o assessoramento técnico da Fundação Getúlio Vargas, que produziu estudos de base sobre Macroeconomia, Ciência e Tecnologia, Redes Sociais, Saúde, Educação, Eficácia do Estado, Segurança Pública, Sistema Judiciário, Reforma Política e Reforma do Processo Orçamentário, que resultaram numa publicação intitulada “Temas para o Desenvolvimento com Equidade”, disponível no site do CDES (www.cdes.gov.br). Cada conselheiro teve liberdade e autonomia para formular enunciados que contribuíssem para o desenvolvimento do País a partir dos seus ideais e da visão de futuro do Brasil.

Coube à Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES/SRI o papel de analisar, agrupar e consolidar as propostas de enunciados. Como ficou acordado pelos conselheiros nas reuniões regionais, as propostas divergentes não foram integradas a este primeiro documento. Depois desse trabalho inicial, a SEDES consultou diversos ministérios e agências governamentais sobre informações quantitativas e qualitativas, que serviram de subsídio técnico para a redação final dos enunciados.

Resulta desse processo de criação coletiva um documento com 24 enunciados consensuais para o desenvolvimento do Brasil, envolvendo temas como a Reforma Política; Modelo de Desenvolvimento e Política Econômica; Política Social (com ênfase na Redução das Desigualdades Sociais e Regionais, Educação, Saúde e Valorização do Salário Mínimo); Redução das Taxas de Juros; Reforma Fiscal; Ciência Tecnologia e Inovação; Infraestrutura Econômica e Social; Política Industrial; Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas e Combate à Informalidade; Reforma Agrária; Segurança Pública e Sistema Judiciário e Governança Estratégica. Esse processo de desenvolvimento prevê uma taxa de crescimento do PIB em torno de 6% anuais com significativo aumento da renda *per capita* e melhoria da distribuição da renda no Brasil até 2002.



O documento final foi apresentado na 19ª Reunião Plenária do CDES, realizada no dia 24 de agosto de 2006, com a presença do Presidente Lula e de vários ministros e convidados especiais. A apresentação e defesa dos enunciados foi efetuada pelos conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Fernando Xavier, Jorge Gerdau Johannpeter, José Antônio Moroni, Lutfala Bitar, Maurílio Biagi Filho, Paulo Safady Simão, Pedro de Oliveira e Rodrigo Loures.

Segundo o Ministro Tarso Genro, os Enunciados são uma produção do Conselho para o Estado e que, portanto, só pode ser apresentada em um nível em que os consensos sejam efetivamente majoritários, tratando de temas que possam criar condições políticas para uma concertação estratégica para o País.

Em seu pronunciamento, o Presidente Lula reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento, com a melhoria da qualidade da educação e com a distribuição de renda no Brasil. Elogiou o trabalho dos conselheiros do CDES por mais uma contribuição de alto nível para os destinos do País e afirmou que vai lutar para que as forças políticas e sociais de todos os matizes ideológicos se unam por um projeto em prol do desenvolvimento do Brasil e pela melhoria acentuada das condições de vida do povo brasileiro.

Visando aprofundar o debate e formular propostas mais detalhadas, os conselheiros resolveram constituir grupos de trabalho para tratar dos temas Reforma Política e Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura Econômica e Social. A educação, também considerada uma prioridade pelos conselheiros, já estava sendo examinada pelo Observatório da Equidade, que conta com a coordenação de doze conselheiros e assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio Econômicas (DIEESE).

A reunião do Conselho e os Enunciados tiveram grande repercussão na imprensa brasileira. Mesmo após a reunião que aprovou o trabalho, o tema continuou sendo pauta de matérias e artigos em toda a imprensa. Não obstante o caráter favorável ou desfavorável dos artigos e comentários, o mais importante a realçar foi a retomada do debate público sobre o desenvolvimento do Brasil na mídia.

A partir desta publicação o CDES reafirma seu compromisso com a democracia brasileira e com o diálogo social, mostrando como é possível realizar uma contribuição importante para o governo e para a sociedade por meio de um colegiado que reúne as mais diversas representações sociais do Brasil.

“Quando o Brasil realizar a reforma agrária terá concluído a primeira etapa do seu processo de desenvolvimento, estabelecendo as bases de uma sociedade democrática, respeitosa de seus povos e ecologicamente equilibrada. Esta é uma meta viável”.

(Conselheiro Pedro de Oliveira, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“Eu acho que um país como o nosso, com as riquezas que nós temos, com as pessoas que nós temos, tem condições de colocar metas para estar, talvez, entre os três maiores do mundo, porque não? Mas entre os três maiores do mundo em tudo, em renda per capita, em mercado, em qualidade de vida, em segurança, em educação, em nível de desenvolvimento, de tecnologia e tudo mais. Talvez essa seja uma meta mais ambiciosa, de mais longo prazo. Enfim, ministro, para encurtar, eu diria ao senhor que eu acho que o Conselho tem exercido o seu papel, tem contribuído bastante, mas eu acho que nós poderíamos ter feito mais.”

(Conselheiro Roger Agnelli, 19ª Reunião Ordinária do Plano do CDES)

“O Brasil teve vários planos econômicos, mas faltou uma agenda com vistas ao desenvolvimento, à distribuição de renda. Faltou uma agenda de combate à desigualdade, que no Brasil passa pela questão étnica e de gênero. A Agenda Nacional de Desenvolvimento construída pelo CDES e aprofundada agora nos Enunciados é um bom instrumento para que se dê início a este processo de estabelecimento de consensos que vão além do crescimento econômico. Como questão estruturante, a educação, em todos os níveis, deve ser priorizada, com a adoção de medidas momentâneas e perenes.”

(Conselheiro João Bosco Borba, IV Reunião Regional, Brasília)

“É também necessário que haja coragem e lucidez na realização de investimentos prioritários em ciência, tecnologia e educação nos pólos mais desfavorecidos do país, que necessitam de infraestrutura compatível com a extensão de suas divisas e fronteiras. Sem uma prioridade para valer, conseqüente, capaz de reter a renda gerada, orientar sua aplicação de forma inteligente e aproximar a ação pública à iniciativa privada, nossa região continuará a ser marcada por uma desigualdade exasperadora, contra a qual o governo, hoje, nos convoca para refletir e resolver.”

(Conselheiro Lutfala Bitar, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“A questão da Sudene deve ser agilizada e a questão da desoneração da cesta básica também deve receber um tratamento prioritário, porque indiscutivelmente vai trazer benefício para a população de baixa renda. A educação é outro dado de grande relevância que deve receber por parte do governo um reforço naquilo que for voltado para o Nordeste. Com certeza a gente vai acelerar o desenvolvimento da região. Porque tudo começa pela capacitação das pessoas.”

(Conselheiro Amarílio Macedo, III Reunião Regional, Fortaleza)

“No âmbito da sociedade civil organizada, organizações e movimentos que defendem o interesse público, aqui entendido como os interesses da maioria da população e a radicalização da democracia, a reforma política está inserida em um contexto mais amplo, que necessariamente diz respeito às mudanças no sistema político, na cultura política, na sociedade e no próprio Estado. Por isso, os princípios democráticos que nortearão uma verdadeira reforma política são da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, da transparência e do controle social”.

(Conselheiro José Antônio Moroni, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

“É preciso pensar um projeto de desenvolvimento para o País que não seja simplista e apenas baseado em ciclos econômicos. O Brasil precisa produzir pesquisa, fortalecer o mercado interno, fazer as reformas política e tributária, de modo a acabar com a guerra fiscal e o endividamento dos estados. As políticas públicas devem estar voltadas à inclusão social e inserção no mercado de trabalho. A educação precisa de um investimento de pelo menos 6% do PIB, investir em qualidade e no ensino profissionalizante.”

(Conselheira Jussara Dutra, IV Reunião Regional, Brasília)

“Não é a economia que vai resolver a economia. Então, acho que nas metas que têm que ser traçadas são as metas do Brasil que queremos e a economia deve se adaptar àquilo que nós queremos. Não são metas objetivas de inflação que têm que ser feitas, nem de equilíbrio das contas, nem metas fiscais ou a questão das contas externas, do endividamento sobre o PIB. Acho que seria interessante fazer uma reflexão e estabelecermos metas do Brasil que queremos, que no meu ponto de vistas são as questões sociais, e pensar que tipo de economia, que tipo de metas econômicas, que tipo de indicadores, que tipo de política econômica têm que ser colocadas a serviço dessas metas.”

(Conselheiro Oded Grajew, I Reunião Regional, São Paulo)



O Desenvolvimento é Necessariamente um Processo de Concertação Nacional

Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), consubstanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agenda Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consensos em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sob os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira, encorajando-nos a dar novos passos. Diante disso, empenhamo-nos na tarefa de elaborar propostas de diretrizes, com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do País.

As condições para planejar estrategicamente os caminhos de médio e longo curso para o desenvolvimento do Brasil foram estabelecidas nos últimos anos – inflação sob controle, superávits expressivos nas transações correntes, equilíbrio das contas públicas e bem sucedidas metas sociais. O foco nas prioridades econômicas – ajustamento macroeconômico e diminuição da vulnerabilidade externa – pode, a partir de agora, deslocar-se para a aceleração dos processos de distribuição das riquezas como imperativo para o crescimento sustentado do País. Esses são os pressupostos que estão na base da construção dos enunciados aqui apresentados.

Os enunciados receberam as contribuições de Conselheiros e Conselheiras do CDES, da Fundação Getúlio Vargas e de personalidades da área econômica e da gestão pública. O formato escolhido para a apresentação dos enunciados tem a virtude da objetividade e da brevidade, embora tenha a limitação de não apresentar a fundamentação das propostas – que seguramente existe. Esta forma facilita o prosseguimento da elaboração e dos debates, que seguirão até a última reunião do Conselho deste ano.

A idéia é conduzir o debate através de um processo de aproximações sucessivas: iniciar chancelando os enunciados consensuais e apontando os que têm maioria; aqueles que não têm apoio significativo do CDES ficarão registrados como sugestões. Num segundo momento, serão arrolados os enunciados que podem dar base a uma concertação estratégica comprometida com o desenvolvimento, entendendo que a distribuição da renda é fator indispensável para o crescimento sustentado e a estabilidade econômica e social.

A – ENUNCIADOS POLÍTICOS

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme projeto de lei nº 4.718/2004, proposto pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em tramitação no Congresso Nacional.

Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação em lista, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

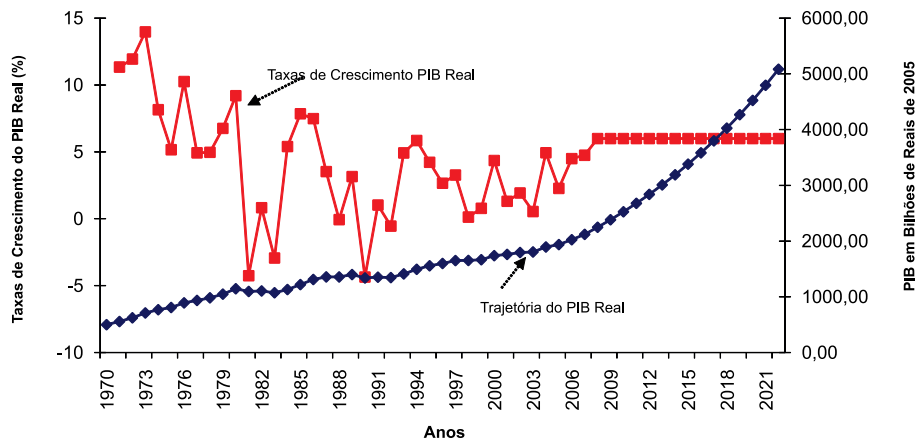
A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular.

B – ENUNCIADOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

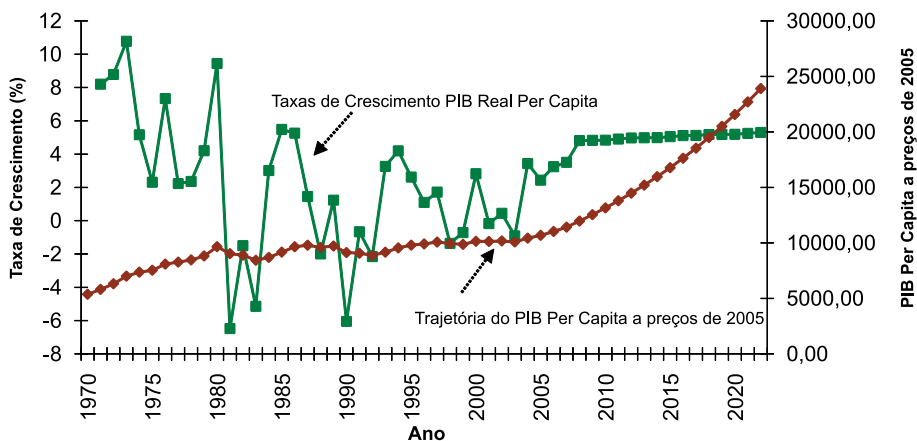
1) Ter como meta uma taxa de crescimento média do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB *per capita*. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos, por exemplo Estados Unidos, Alemanha e Japão.



Trajectoria do PIB Real e Taxas de Crescimento (1970 - 2020)



Evolução do PIB Real *per capita* (1970 - 2020)



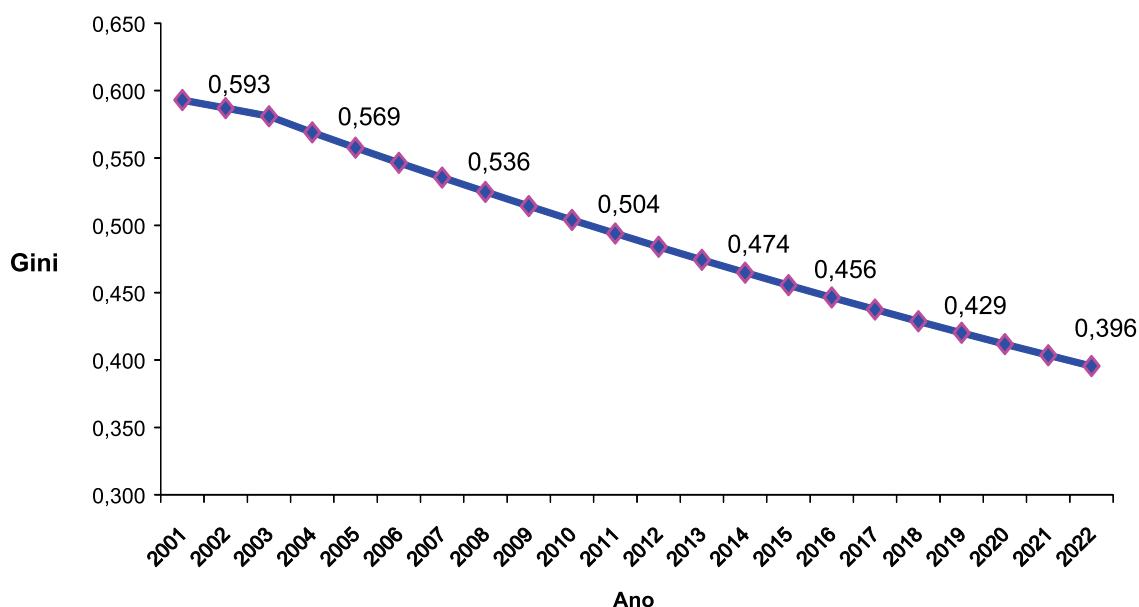
Fonte: 1970 a 2005 – IpeaData
2006 a 2020 – Estimativas SRI

2) Promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Adotar a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400 em 2022, aproximando o Brasil da mediana atual dos países classificados pelo PNUD. Para isso, o ritmo de redução da desigualdade deve ser acelerado e a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. Para a fixação de metas de curto prazo deverão ser adicionados a esse índice um conjunto de indicadores que relacionem o comportamento da renda dos 50% mais pobres com a dos 10% mais ricos e a dos 1% mais ricos; relacionem a média e a mediana das distribuições de rendimentos, e, no combate à pobreza verifiquem especificamente o comportamento da renda dos 50% mais pobres.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário mínimo; de reforma do sistema tributário; de priorização de investimentos em infraestrutura com alta taxa de retorno social; de políticas ativas para redução da desigualdade regional e intrarregional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal da unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo 2000), para 4 vezes em 10 anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no País.

Brasil: evolução temporal da desigualdade de renda familiar *per capita* - 2001 - 2022 (Coeficiente de Gini)



Salário Mínimo real a preços de 2006
Fonte: 2001 a 2005 – IpeaData
2006 a 2020 – Estimativas SRI

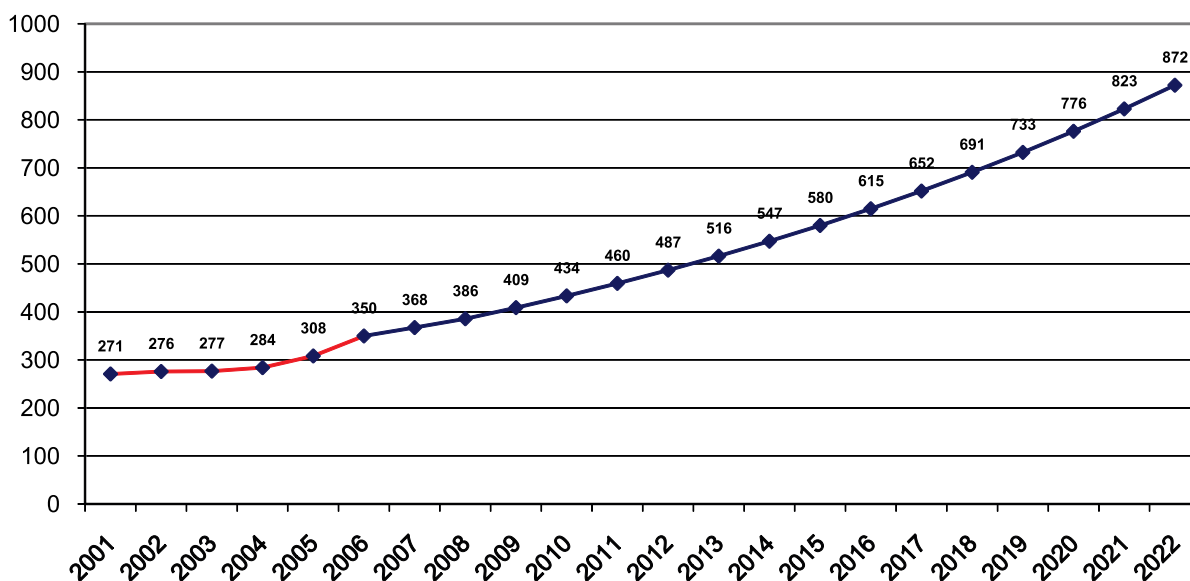
3) A educação é estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento brasileiro, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional, tendo como objetivos centrais: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional, tendo como meta a erradicação do analfabetismo estrutural; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica, alcançando padrões internacionais de qualidade, através da valorização profissional e formação inicial e continuada dos professores; ampliar e consolidar a rede de educação tecnológica, oferecendo programas para a inclusão educacional para jovens e adultos, com iniciação profissional e elevação da escolaridade, ampliando o ensino médio integrado, tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede federal de instituições federais de educação superior, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução de todo o sistema nacional de Pós-graduação. O alcance desses objetivos prioritários requer a expansão do investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB.

4) Aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde (SUS), com definição clara das responsabilidades da União dos Estados e dos Municípios e a ampliação do investimento público em saúde, nas três esferas de poder. A meta de investimento é passar dos atuais 3,2% para 4,5% do PIB até 2011 de forma que o gasto *per capita* alcance valores próximos aos da Argentina e do Uruguai, atualmente de U\$300,00. De forma regular e progressiva, ampliar para 6% os recursos aplicados até 2022, atingindo níveis de investimento *per capita* semelhante aos atuais da Austrália, Nova Zelândia, Itália e Portugal. Esses recursos devem tornar possível, a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, em especial a universalização da atenção farmacêutica, a ampliação da lista de medicamentos essenciais e a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família.

5) Ter como meta a implementação de uma política continuada de valorização do salário mínimo comprometida com os preceitos constitucionais vigentes e consistente com o crescimento do produto nacional. Esta política deverá proporcionar aumento real do salário mínimo em torno de 150% até 2022 em relação ao patamar real de 2006. Esta meta é viável com base na estimativa de crescimento do PIB da ordem 150% e do PIB *per capita* da ordem de 117%, no período 2006-2022; no estímulo à negociação de acordos para a incorporação à renda do trabalho de parte dos ganhos de produtividade decorrentes deste crescimento; e na adoção de instrumentos que estimulem a ampliação da parcela de contratos de trabalho urbanos e rurais regulamentados.



Evolução do Salário Mínimo Real 2001 - 2022
(valores observados nos meses de junho em R\$ de jun/06)



Salário Mínimo real a preços de 2006
 Fonte: 2001 a 2005 – IpeaData
 2006 a 2020 – Estimativas SRI

6) O crescimento do PIB deverá estar acompanhado de instrumentos de política industrial e tecnológica, de estímulo ao desenvolvimento regional e de redistribuição de renda que garantam a geração de 100 a 150 mil novas ocupações / mês, no ritmo que vêm sendo mantido no período recente. Ademais, para reverter o quadro de fragmentação do mercado de trabalho nacional, estes instrumentos devem estar combinados de forma a garantir que pelo menos 80% dessas novas ocupações sejam postos de trabalho formais, percentual que corresponde à participação média desta forma de inserção registrada na expansão ocupacional total verificada no biênio 2003-2004.

7) As metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional deverão ser cumpridas de maneira sistemática. O cumprimento continuado das metas reduzirá o componente de risco inflacionário embutido nas taxas de juros reais *ex ante*, permitindo a convergência das taxas de juros reais domésticas para os níveis verificados em outras economias emergentes de classificação de risco equivalente à do Brasil. Num cenário em que essa convergência ocorra em ritmo acelerado e alcance um patamar de juros reais de 3% ao ano no prazo de cinco anos, seriam liberados, nos próximos quatro anos, recursos orçamentários em torno de R\$203,3 bilhões, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, investimentos em infraestrutura e para a seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano.

Premissas:

Anos	Evolução da Taxa de juros reais	Superávit Primário (% PIB)	Taxa de Crescimento do PIB Real	Dívida/PIB	Economia de Reais em milhões*
2006	10,00%	4,25%	4,50%	50%	
2007	8,00%	4,25%	4,75%	49%	20.573,38
2008	6,00%	4,25%	6,00%	46%	43.391,87
2009	4,50%	4,25%	6,00%	42%	61.267,10
2010	3,00%	4,25%	6,00%	37%	78.142,67
Total					203.375,12

*Valores correspondem à diferença entre a totalidade de juros que seriam pagos a cada ano permanecendo a taxa de juros real constante da ordem de 10% a.a. (um acumulado no período em torno de 521 bilhões de reais) e os montantes alternativos estimados para uma queda gradual de juros de acordo com a tabela acima (R\$318 bilhões no período).



8) O *spread* deve expressar o risco Brasil de forma realista. O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto associando essas medidas a metas de redução do *spread*. Os bancos públicos devem cobrar um *spread* máximo de 15% ao ano estimulando a concorrência no setor

9) O crescimento econômico, impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública e da sonegação e informalidade abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal - de responsabilidade da União, estados e municípios - para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incremente a tributação direta, reduza a tributação indireta, por meio de consenso com estados e municípios.

Assegurar condições necessárias para que os estados pratiquem uma política tributária que respeite os princípios de neutralidade e justiça social. Para isso a reforma tributária deve isentar de ICMS os alimentos e remédios e implementar o princípio de destino para o ICMS pela eliminação gradual do imposto interestadual, como forma de acabar com a guerra fiscal e as fraudes.

10) O desenvolvimento econômico do Brasil deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo. No tocante ao mercado externo, há de se levar em conta que em um mundo globalizado o País deve buscar alianças estratégicas regionais e multirregionais para melhorar a competitividade externa. A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados e perseguir a redução das assimetrias econômicas e sociais no âmbito da América do Sul.

11) Atingir uma taxa de formação bruta de capital fixo de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. Expandir o crédito para um percentual de, no mínimo, 50% do PIB. O crédito para a indústria deve representar, no mínimo, 10% e 5% para a construção civil em relação ao PIB. Ampliar o crédito para o consumidor e expandir as medidas de inclusão bancária dos segmentos pobres da população passando de 4,5 milhões de novas contas bancárias até junho de 2006, para 10 milhões nos próximos cinco anos. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do Sistema Financeiro Nacional através do estímulo à constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com os fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e negócios da economia familiar e solidária. No estímulo ao fortalecimento das microfinanças é fundamental contar com as iniciativas de responsabilidade social das empresas.

12) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aplicará nos próximos dez anos recursos no valor de R\$650 bilhões para financiar projetos industriais e de infraestrutura com aumento da participação das regiões Norte e Nordeste no total das aplicações, considerada uma TJLP que expresse a realidade das taxas de inflação e do risco país.

13) O conglomerado do Banco do Brasil, com recursos próprios, será um agente estratégico do setor público no financiamento da formação bruta de capital fixo.

14) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo a inovação e diferenciação de produtos e serviços, com inserção e reconhecimento nos principais mercados do mundo.

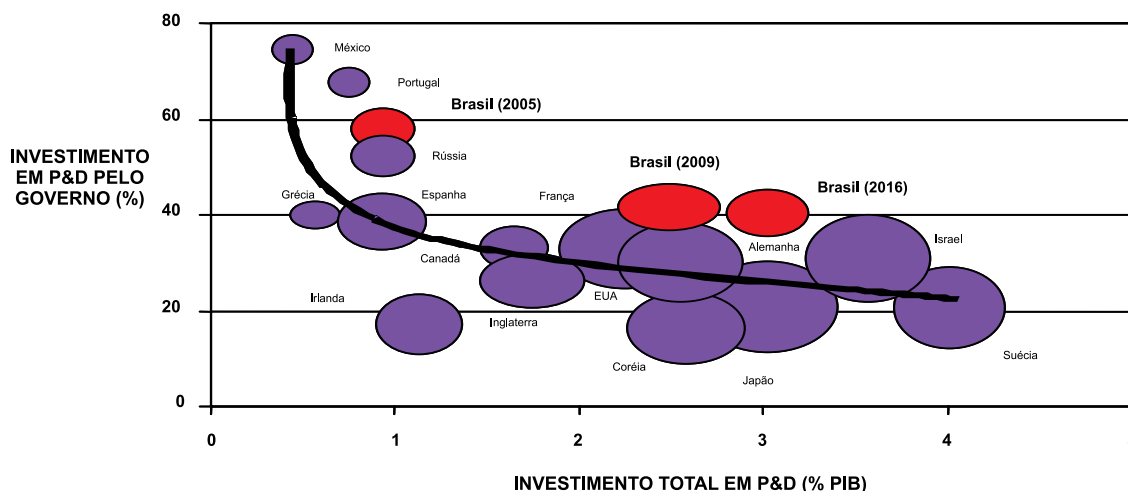
Essa visão inclui maior protagonismo no comércio exterior nos segmentos de maior intensidade tecnológica, com internacionalização de empresas brasileiras, disputando a liderança em diversos setores, incluindo produtos de base, nano e biotecnológica e biocombustíveis. Esse novo ciclo de crescimento sustentável, que enseja um desenvolvimento mais harmônico, deverá focar a redução das desigualdades regionais, culturais e de renda, o acesso à educação em todos os níveis, a inclusão digital e tecnológica.

15) Aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia no PIB, dos atuais 1,37 % para 2,5% nos próximos três anos, quando a participação do setor privado nesta área deverá ser ampliada de 40% para 60%, à semelhança de países como Grécia, Espanha e Canadá. Mantida a participação do setor privado em 60% do gasto com Ciência e Tecnologia, as despesas totais deverão alcançar o patamar de 3% do PIB nos próximos dez anos. Paralelamente, deve-se promover o fortalecimento e a modernização institucional da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento do País, de modo a favorecer uma cultura voltada para maior interação entre universidades, instituto de pesquisas e setor privado, com vistas a ampliar significativamente as inovações tecnológicas.

O BNDES, por meio do Fundo Tecnológico (FUNTEC), aplicará R\$1,0 bilhão/ano para apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o Brasil, em conformidade com os Programas e Políticas Públicas do Governo Federal.



TENDÊNCIAS: MAIOR INVESTIMENTO TOTAL EM P&D COM INVESTIMENTO EMPRESARIAL



Salário Mínimo real a preços de 2006
 Fonte: 2001 a 2005 – IpeaData
 2006 a 2020 – Estimativas SRI

16) A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como área estratégica para o desenvolvimento nacional. O fomento e apoio às áreas de fármacos e medicamentos, hemoderivados, equipamentos médico-hospitalares, imunobiológicos e procedimentos diagnósticos, permite internalizar a promoção do desenvolvimento e, na perspectiva da saúde, aumentar, de modo contínuo, a cobertura de atendimento e oferta de serviços aos usuários do SUS, bem como o desejado aprimoramento da qualidade da prestação desses serviços.

17) Fortalecer e consolidar a política de comércio exterior, de modo a assegurar que o crescimento de nossas exportações continue superando o crescimento do comércio exterior com taxas superiores a 10% ao ano, a fim de que o Brasil alcance o patamar mínimo de 15º país exportador mundial até 2022. Neste sentido, deve-se manter a política gradativa de desoneração de tributos sobre as exportações, contribuindo para a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional; melhorar os procedimentos aduaneiros e portuários, reduzindo as barreiras burocráticas para corredores logísticos de exportação, em nível compatível com padrões de competitividade internacional; e, agilizar o processo de concessões portuárias para ampliação da infraestrutura logística brasileira.

Alcançar com o turismo, até 2010, a meta de geração de US\$10 bilhões em divisas, colocando o setor no segundo lugar na pauta de exportação, aproveitando todo o seu potencial de geração de empregos, de dinamização de diversos setores da economia, e de forte inclusão social e econômica.

18) Infraestrutura Econômica

18.1) Logística e Transportes

Diversificar a matriz de transportes priorizando o uso dos transportes ferroviário, hidroviário e marítimo. Readequar as instituições de transportes no âmbito do Governo Federal, visando o aumento da eficiência e da eficácia. Regularizar as relações entre Ministério e Agências e redefinir os papéis das Companhias Docas. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infraestrutura de transportes. Garantir o patamar em torno de R\$8,2 bilhões/ano para o investimento público no setor e incentivar a utilização de Contratos de Concessão e de Parceiras Público-Privadas. Incentivar a instalação e operação de plataformas logísticas integradas.

18.2) Energia

Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. O aproveitamento do potencial hidráulico deve ser feito de forma social e ambientalmente sustentável. Para revitalizar o setor, são necessários investimentos em torno de R\$36 bilhões/ano.



18.3) *Infraestrutura Hídrica*

Aumentar a oferta de água para consumo humano e para a produção, garantindo a distribuição equilibrada de água e priorizando as regiões de maior criticidade, como o semi-árido, por meio da implantação de obras estruturantes de infraestrutura hídrica nos seguintes segmentos: (i) Sistemas produtores e distribuidores de água bruta; (ii) Sistemas de irrigação; (iii) Sistemas de macrodrenagem; (iv) Sistemas de reuso de água; (v) Barragens de controle de cheias e regularização de vazões; (vi) Sistemas de controle de erosão fluvial e marítima; (vii) Ações de revitalização e integração de bacias hidrográficas; (viii) Ações de recuperação e segurança de barragens.

Integrar e articular órgãos das esferas federal, estadual e municipal relacionados ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, com o intuito de fortalecer a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infraestrutura hídrica, incluindo Parcerias Público-Privadas e outras formas de concessão pública, garantindo um patamar em torno de R\$10 bilhões/ano para o investimento no setor.

19) **Infraestrutura Urbana e Social**

19.1) *Mobilidade Urbana*

Implantar o Programa de Mobilidade Urbana para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não-motorizada no montante anual em torno de R\$2 bilhões durante 10 anos, de modo a reverter o atual modelo de mobilidade, uma vez que a perspectiva de crescimento econômico continuado, sem a superação dos atuais problemas e prevenção quanto à ampliação dos mesmos – exclusão social, poluição, congestionamento e acidentes – comprometem o bom funcionamento das atividades urbanas e oferecem grande risco à sustentação do desenvolvimento econômico esperado.

19.2) *Universalização do Saneamento*

Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Para isso serão necessários investimentos de R\$180 bilhões, público e privado, ao longo de vinte anos.

19.3) *Habitação e Desenvolvimento Urbano*

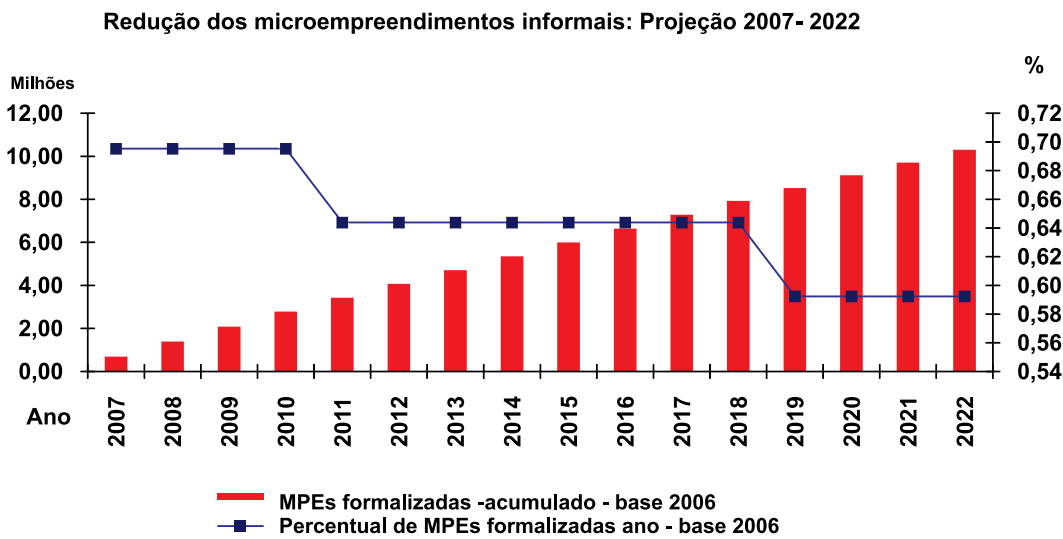
Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS, R\$39,6 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R\$2,5 bilhões por ano, para equacionar o *deficit* (favelas e domicílios rústicos) estimado em R\$3,5 milhões (FJP/IBGE Censo/2000), especialmente em ações de urbanização integral de favelas nas regiões metropolitanas onde se concentram mais de 80% dos assentamentos precários e informais.

Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – FNHIS, de subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), R\$112,2 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R\$7 bilhões por ano (FNHIS:R\$4 bi, FGTS:R\$2 bi e FAR: R\$1 bi), para produzir unidades habitacionais de interesse social necessárias para equacionar o *deficit* habitacional estimado em 6,6 milhões de moradias para baixa renda, 92% do déficit total do Brasil (IBGE Censo/2000).

20) Implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que valorize a diversidade regional brasileira e reduza as desigualdades ainda prevalentes. A PNDR deve conferir tratamento especial a duas macrorregiões- Norte e Nordeste - e a sub-regiões de baixa renda e de baixo dinamismo. Para isso, deve orientar-se por planos estratégicos construídos e pactuados nas esferas inter e intragovernamentais e com a sociedade. Criar e implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) voltado para a redução das disparidades regionais e que contará com dotação da ordem de 2% da arrecadação dos tributos federais nos próximos cinco anos, 2,5% nos cinco anos seguintes e 3% nos dez anos seguintes (projeção inicial, com base no exercício 2006, no valor de R\$2 bilhões /ano). Além do FNDR, os Governos Estaduais deverão criar e implementar Fundos Estaduais de Desenvolvimento voltados para a redução das disparidades intrarregionais nos próximos 20 anos.

21) Trazer para a formalidade até 2022 cerca de 10,3 milhões de micro e pequenas empresas que se encontram na informalidade. Neste sentido, destaque-se recomendações de políticas que promovam: acesso ao mercado; acesso e adequação dos produtos do sistema financeiro ao setor de PMEs; acesso aos serviços técnicos especializados de gestão e formação profissional; simplificação das leis tributárias; redução do custo do trabalho; simplificação da formalização na abertura das empresas; formalização do trabalho doméstico e artesanal; e, aumento das penalidades aos sonegadores/infratores

Aprovar de forma imediata da Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Desenvolver medidas permanentes que garantam a redução da burocratização do registro formal e a facilitação fiscal. Essas medidas devem promover a inclusão de 686 mil empresas ao ano, no período de 2007/2022, formalizando cerca de 10,3 milhões de micro e pequenos empresários brasileiros.



22) A Reforma Agrária é condição para a democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombola. Um primeiro passo é a assinatura da portaria ministerial que atualiza os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras. Assim, deve-se garantir acesso à terra, suficiente em quantidade e qualidade, com assistência técnica, extensão rural, infraestrutura e crédito para mais de 1,5 milhão de famílias de agricultores sem terra, até 2015.

Criar uma política de educação integral do campo, escolar e não escolar, valorizando os conhecimentos e a utilização de saberes de agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e das populações tradicionais, contribuindo para a universalização do acesso à educação básica e ampliação da formação profissional pública e de qualidade, enfatizando também o acesso ao ensino superior.

23) Segurança Pública e Sistema Judiciário

23.1) Segurança Pública

Ampliar e consolidar as ações da Polícia Federal em todo o País, permitindo o planejamento estruturado de operações contra o crime organizado, o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando, à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao tráfico de armas, ao tráfico de pessoas e aos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a administração pública.

Criar um piso salarial nacional, para as ouvidorias e corregedorias. Manter a Rede de Ensino à Distância e a Rede de Especialização em Segurança Pública. Consolidar um Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, modernizando e ampliando a Rede INFOSEG, o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública, o Observatório de Práticas de Segurança Pública e institucionalizando o Portal de Segurança Cidadã como meio de democratização do acesso à informação. Difundir a gestão de resultados como princípio administrativo das organizações de segurança pública. Criar um Centro Estratégico de Monitoramento da Criminalidade no Brasil, mantendo a Rede Nacional de Laboratórios de DNA e ações de formação de peritos criminais e sustentar as ações da Força Nacional de Segurança Pública. Para tal, será necessário garantir o patamar mínimo de investimento no setor de R\$1,5 bilhão/ano.

23.2) Sistema Prisional

Efetiva regulamentação do controle externo pelo Ministério Público. Reduzir o déficit de vagas, que hoje gira em torno de 150.000, por meio da adequação quantitativa e qualitativa dos estabelecimentos penais; e da construção de 52 estabelecimentos penais para a geração de 41.600 vagas. A construção dos novos estabelecimentos exigirá R\$1,47 bilhão até o exercício de 2011, e de R\$3,26 bilhões para os exercícios subsequentes até 2015.

Regulamentar a inclusão da carreira de Agente Penitenciário Federal entre as carreiras integrantes do Sistema de Segurança Pública típicas de Estado, visando ao aprimoramento do sistema penitenciário federal e ao aperfeiçoamento daquele sistema com a liberação da polícia judiciária da União dos encargos provocados pela atividade carcerária, de custódia, segurança e transporte de presos federais e de alta periculosidade.



23.3) Sistema Judiciário e Concertação Nacional

23.3.1) Modernização e informatização

Informatizar o sistema judicial é fundamental para a celeridade da tramitação das questões e para a diminuição do volume de feitos na Justiça. O projeto de Justiça Virtual, inserido na ação Morejus e desenvolvido com o Conselho Nacional de Justiça e outras entidades ligadas à administração da Justiça, tem por escopo virtualizar as diversas fases do procedimento judicial, permitir a comunicação e a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e os demais participantes dos litígios ou detentores de dados importantes para a prestação jurisdicional. A aceleração na resolução de conflitos contribuirá para a segurança jurídica e para a consolidação de um ambiente mais favorável a investimentos e a transações financeiras e comerciais. Serão necessários recursos de R\$1,4 milhão/ano a partir de 2007.

23.3.2) Acesso à Justiça

Incentivar programas de mediação, justiça comunitária, justiça restaurativa e todas as demais formas de solução extrajudicial de litígios. A consolidação do acesso à Justiça passa também pelo fortalecimento institucional da defensoria pública, através de investimentos na estrutura da Defensoria Pública da União. Outro elemento fundamental para o acesso à Justiça é levar pontos de acesso virtual do Judiciário até comunidades carentes através de programas de inclusão digital e da capacitação de agentes comunitários. Os projetos de acesso à justiça também estão incluídos na ação Morejus.

23.3.3) Reforma Legislativa

Dar urgência na aprovação do projeto de reforma do Código de Processo Civil, Penal e Trabalhista e na imediata realização de atividades de divulgação e de capacitação de magistrados e operadores do direito para o trabalho com a nova realidade normativa.

24) Governança Estratégica

24.1) Consolidar um sistema de governança estratégica no qual os três poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade interajam e se organizem em torno das prioridades nacionais, estabelecidas coletivamente. O sistema de governança deve fortalecer a participação e o controle social sobre o executivo, o legislativo e o judiciário e garantir a efetividade do desenvolvimento nacional.

24.2) Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento estratégico de longo prazo e de regulação, vinculada à realidade institucional democrática, e visando, paralelamente, à diminuição das graves assimetrias regionais e sociais no País. Nesse sentido, a concertação de atores públicos e privados, somados à articulação entre os três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário), torna-se fundamental em uma nova estratégia de reestruturação do aparato de Estado, com foco no desenvolvimento.

24.3) Promover a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com avaliação permanente. A participação e controle sociais devem estar presentes no processo de planejamento, no acompanhamento e avaliação das ações e nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e o desenvolvimento institucional das estruturas do Estado, com conseqüente integração de estruturas, de base de dados e reestruturação de processos.

24.4) Democratizar a governança pública dos instrumentos de política econômica. Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. Instalar imediatamente as Comissões Consultivas do Órgão, já previstas em lei, dependendo apenas de decreto presidencial. Tal medida possibilitará às entidades nele representadas a oportunidade de participar das discussões das propostas de normas a serem editadas por aquele colegiado, de acordo com o regimento que vier a ser estabelecido sobre o funcionamento das Comissões.

24.5) União, Estados e Municípios deverão se comprometer a aperfeiçoar os instrumentos normativos e regulatórios, que garantam a segurança jurídica dos contratos, sobretudo no que diz respeito aos contratos de longo prazo na área de infraestrutura, como o caso das Concessões Públicas e das Parcerias-Público e Privadas, assegurando a existência de um ambiente adequado para os investimentos privados.

24.6) Avançar na defesa e garantia dos direitos humanos, com a priorização absoluta de ações voltadas à educação em direitos humanos e à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dos idosos, das pessoas com deficiência, e pelo respeito à igualdade de gênero e raça, à orientação sexual e à religião; e ações voltadas à proteção a vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos.



24.7) Garantir que a sustentabilidade ambiental seja um componente fundamental do desenvolvimento nacional, consolidando e aperfeiçoando as políticas ambientais e investindo na pesquisa e utilização, de forma soberana e sustentável, dos recursos da nossa biodiversidade. Contribuirão para atingir esse objetivo as ações em direção: à regulamentação do uso e conservação da água doce; ao aumento da utilização de recursos naturais renováveis na matriz brasileira de combustíveis e à implementação de políticas integradas de desenvolvimento para a Amazônia e o Semi-Árido, tendo como base o conhecimento.

24.8) Fortalecer a federação brasileira com o objetivo de promover uma repactuação do País para construção de um novo ciclo histórico de desenvolvimento socialmente mais justo e inclusivo e capaz de enfrentar a agenda histórica e estrutural das desigualdades sociais e regionais do Brasil.

“O CDES não se destina a substituir qualquer dos Poderes, mas ser um espaço de diálogo altamente qualificado. Por isso, devo imenso agradecimento a todos vocês, não tenho dúvida de que muitos dos projetos que mais avançaram neste último período tiveram inspiração e estímulo neste CDES, tanto na área econômica, quanto na educação e na distribuição de renda. Meu sonho continua sendo o de contribuir humildemente para que o Brasil encontre, definitivamente, o caminho do desenvolvimento sustentado, transformando-se numa nação rica e justa.”

(Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 19ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES)

Apêndice

A questão da economia de recursos decorrente do crescimento do PIB com quedas sucessivas na taxa de juros

Nota Técnica – SEDES

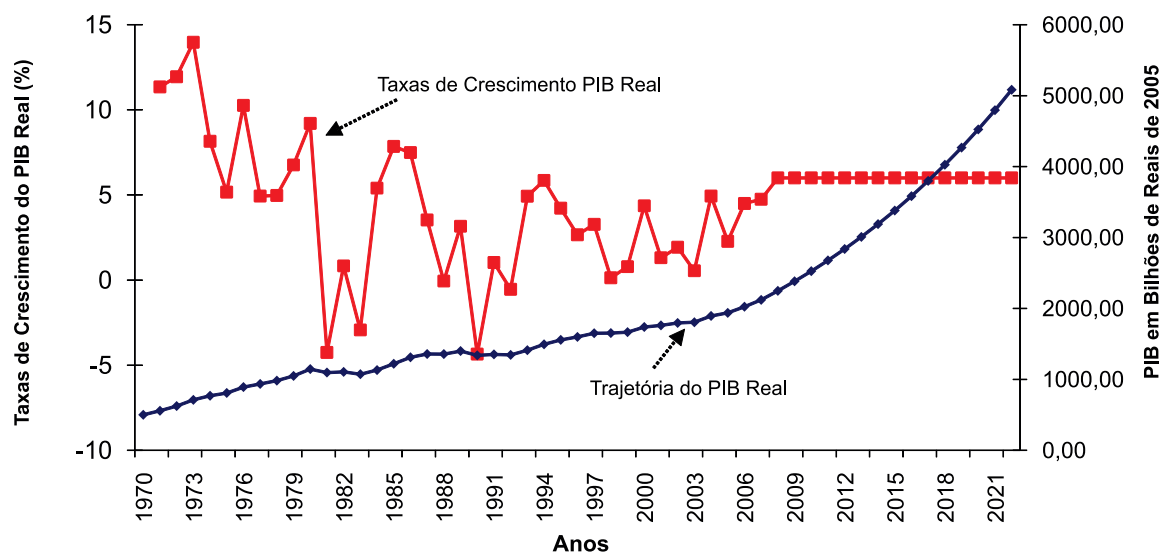
O Superávit Primário é definido como a diferença entre a receita e a despesa do governo que é reservada para fazer face aos compromissos de pagamento de juros da dívida pública. Em sua 19ª Reunião do Pleno, de agosto 2006, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES), por meio de seus conselheiros, manifestou algumas premissas sobre estratégias e políticas que consideram prioritárias para que a economia brasileira recupere sua trajetória de crescimento publicada sob o título “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento”.

Por exemplo: estabeleceram como meta um crescimento do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, o que resultaria na duplicação do PIB *per capita*. Consideraram desejável manter um teto para o superávit primário em torno de 4,25% do PIB. Estabeleceram uma queda gradual dos juros reais para algo em torno de 3% ao ano ao longo dos próximos 5 anos.

A partir das premissas delineadas acima é possível mostrar, fazendo uso de um modelo bastante simples, que com uma estratégia diferente com relação às políticas de juros e crescimento das que vêm sendo adotadas pelo Banco Central, o País pode fazer uma economia substancial de recursos que pode ser utilizada para suprir carências em áreas diversas indutoras de crescimento econômico, por exemplo, investimentos públicos.

Inicialmente, vamos analisar a evolução do PIB levando em conta as aspirações da sociedade representadas pelos conselheiros do CDES.

Gráfico I - Trajetória do PIB Real e Taxas de Crescimento (1970/2020)



Como ilustra o Gráfico I, essa meta representaria uma suavização e uma aceleração do PIB sugerindo um crescimento sustentado.

O comportamento da dívida pública como proporção do PIB pode ser aproximado por um modelo simples que já extrapolou trabalhos complicados, alguns premiados, mas que já não apresenta qualquer novidade para estudantes de economia e profissionais do ramo, uma vez que aparece na maioria dos livros textos de macroeconomia – como Dornbusch & Fisher e Blanchard. Mais do que isso, é possível calcular a economia de recursos que o País faria para aplicar em programas alternativos ao adotar os novos enunciados do desenvolvimento, apresentados pelos Conselheiros.

O modelo pode ser representado por meio de uma simples equação matemática:

$$\text{Modelo: } b = (1 + r - g) b - 1 - su$$



Em que:

b= Relação Dívida/PIB.

Partimos da relação esperada para o ano de 2006, 50%, e as demais relações são encontradas supondo-se que o serviço da dívida é pago com a economia feita com a geração de 4,25% de superávit primário (diferença entre receita e despesa do governo reservada para pagamento do serviço da dívida pública)

r = taxa de juros real estimada para diferentes anos.

g = taxa de crescimento do PIB almejada.

b-1 = Relação Dívida/PIB no período anterior.

su = superávit primário definido pela equipe econômica.

A aplicação ano a ano da fórmula produziu os resultados mostrados na Tabela I:

Tabela I - Modelo de cálculo

Ano	b'	PIB (em R\$ milhões)	g	r'	Su	f' (em R\$ milhões)	r	b	f (em R\$ milhões)	f-f'	Valor Presente f-f'
2006	0,5	2.024.789,91	0,0450	0,1	0,0425	101.239,50	0,1		101239,5	-	
2007	0,49	2.120.967	0,0475	0,08	0,0425	82.293,52	0,1	0,49	102866,9	20573,38	19049,3
2008	0,46	2.248.225	0,06	0,06	0,0425	61.816,63	0,1	0,47	105208,5	43391,87	37903,4
2009	0,42	2.383.119	0,06	0,045	0,0425	44.586,52	0,1	0,44	105853,6	61267,1	51213,1
2010	0,37	2.526.106,15	0,06	0,03	0,0425	27.814,40	0,1	0,42	105957,1	78142,67	63416,9
						317.751,57			521125,6	203375,	171582,9

b: dívida/PIB trajetória com juros 10% - r

b': dívida/PIB trajetória com juros em queda - r'

f: pagamento de juros conforme a taxa de juros - r

f': pagamento de juros conforme as taxas de juros - r'

f-f': economia de recursos atribuída à queda dos juros

g: taxa de crescimento do PIB hipoteticamente definida pelo Conselho para o período recente

r: taxa de juros de 10%

r': taxa de juros hipoteticamente almejada pelo Conselho para o período recente

su: superávit primário fixado em 4,25% do PIB

y = PIB

Essa simulação permitiu elaborar o enunciado 7¹ do documento do CDES, *Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento*, e a estimativa de recursos adicionais que se poderia dispor para alavancar, no segundo mandato do governo do presidente Lula, uma trajetória de crescimento que de fato viesse ao encontro do desejo da sociedade.

Vale lembrar que a equação que representa o modelo mostra que a evolução da dívida/PIB (b) depende da taxa de juros real (r) e da taxa de crescimento do PIB (g).

A estimativa de economia de recursos foi efetuada da seguinte maneira: estimou-se a trajetória da dívida/PIB supondo uma taxa de juros real de 10%, superávit primário de 4,25 do PIB, levando em conta as taxas de crescimento do PIB acordadas pelos conselheiros do CDES com a equipe da SEDES/SRI e com consultores *ad hoc* (obviamente que são taxas de crescimento projetadas na melhor das hipóteses, inclusive mantendo as condições favoráveis da economia mundial). Multiplicou-se a taxa de juros real de 10%, que prevalecia no mercado, no momento da simulação, pelo o valor da dívida. Acumulou-se esse resultado para todos os anos de 2006 até 2010. O mesmo foi feito com a trajetória da dívida/PIB supondo taxa de juros menores (10%, 8%, 6%, 4,5% e 3%) como desejam que de fato se verifique os conselheiros do CDES. O resultado foi uma redução mais acentuada da razão dívida/PIB e, por conseguinte, do gasto acumulado de recursos. A economia de recursos foi calculada como R\$203,4 bilhões e representa a diferença entre os gastos de juros segundo a primeira trajetória da dívida/PIB com juros de 10% e a última onde se considerou uma redução gradual dos juros ao longo dos cinco anos. Ao se corrigir pelo valor presente, essa economia de recursos fica em torno de R\$171,6 bilhões.

1 Enunciado 7: "As metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional deverão ser cumpridas de maneira sistemática. O cumprimento continuado das metas reduzirá o componente de risco inflacionário embutido nas taxas de juros reais ex ante, permitindo a convergência das taxas de juros reais domésticas para os níveis verificados em outras economias emergentes de classificação de risco equivalente à do Brasil. Num cenário em que essa convergência ocorra em ritmo acelerado e alcance um patamar de juros reais de 3% no prazo de cinco anos, seriam liberados, nos próximos quatro anos, recursos orçamentários em torno de R\$ 203,4 bilhões, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, investimentos em infra-estrutura e para a seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano."



Na verdade, o que se supõe e pode ser detectado pela formula é que usamos o superávit primário para abater o serviço da dívida, e pode ser suficiente para pagar juros e parte do principal, ou apenas uma parcela dos juros dependendo dos respectivos valores. A equação usada evidencia que a dívida hoje é a dívida de ontem mais o pagamento que tem de ser feito dos juros, menos o superávit primário. A aproximação estará tanto mais correta quanto mais os dados de juros e crescimento se aproximarem dos valores previstos. Mas isso é uma decisão de política econômica.

A tarefa urgente é sair da “armadilha de estabilização com estagnação”. Para isso, certos gargalos, além dos altos juros, precisam ser desobstruídos. É necessário que haja alterações na formulação de estratégias para a mudança de orientação da política econômica. Os enunciados do modelo de desenvolvimento do CDES apontam inúmeras diretrizes e representam uma importante contribuição para o debate nacional sobre o desenvolvimento.



**Conselho de
Desenvolvimento
Econômico e Social**

Secretaria de
Relações Institucionais

